

CAPA

O GOLPE PARA ALÉM DAS IMAGENS

Perguntas e hipóteses de centenas de historiadores e cientistas sociais compõem os eixos fundamentais por onde avança o conhecimento da ditadura brasileira de 1964-1985

Tanques do Exército a caminho do Palácio das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, em 1º de abril de 1964





s fatos imediatos que definem o golpe civil-militar de 31 de março de 1964 estão contados à exaustão e suas imagens mais emblemáticas, além de terem sido generosamente servidas à opinião pública por diferentes meios de comunicação e com distintos enfoques nas últimas semanas, permanecem na *web* à disposição dos que desejam acessá-las com mais vagar, em um ritmo reflexivo mais particular. Entre essas imagens está a filmagem em preto e branco do presidente do Congresso Nacional, o senador paulista Auro Soares de Moura Andrade, declarando, na madrugada de 2 de abril, a vacância da Presidência da República – mesmo encontrando-se o presidente constitucional do país, João Goulart, em território nacional – numa tumultuada sessão parlamentar em que se ouvem com clareza os xingamentos dirigidos pelo senador mineiro Tancredo Neves a seu colega paulista e os gritos reiterados de “golpista” que partem de alguém em outra parte do auditório. Na sequência, se veem meio confusamente as cusparadas lançadas pelo deputado Rogê Ferreira no rosto de Moura Andrade, antes que este deixe o plenário e se

dirija ao Palácio do Planalto para empossar o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, na Presidência da República. Emblemáticas são igualmente as imagens dos tanques do Exército ocupando o centro do Rio de Janeiro ou a praça dos Três Poderes, em Brasília, ou, dias depois, as do líder comunista Gregório Bezerra, ferido, sendo arrastado no chão por soldados, pelas ruas de Recife.

Entretanto, nas últimas décadas, a pesquisa em ciências humanas e sociais no Brasil, circunscrevendo-se a seu campo próprio e, para isso, valendo-se também e legitimamente de outras fontes confiáveis de investigação, tratou de conhecer e decifrar, para além das imagens, o golpe de 1964 e a ditadura que a ele se seguiu por 21 anos. Historiadores, sociólogos, antropólogos, cientistas políticos, economistas e pesquisadores do direito formularam as perguntas que julgavam cruciais, propuseram hipóteses, lançaram-se a estudos, e desse labor resultaram algumas questões amplas que parecem compor os eixos fundamentais por onde avança o conhecimento do período, alguns com mais densidade, outros ainda com certa rarefação de respostas, a exigir novas pesquisas. Entre estes, podem-se alinhar:





O golpe do Congresso

O senador Auro Moura Andrade declara a vacância da Presidência da República (1) sob a perplexidade de Tancredo Neves (2). Doutel de Andrade, que lera o comunicado de Jango, protesta no microfone (3). Confabulações do deputado Ernani do Amaral Peixoto, sentado à esquerda (4). Moura Andrade informa que Ranieri Mazzilli assumirá a Presidência da República (5) e Almino Afonso, ministro do Trabalho de Jango, inconformado, protesta (6)

1. qual a real natureza do golpe de 1964 e quais os seus agentes; 2. quais os ordenamentos jurídicos e institucionais que permitiram à ditadura brasileira de 1964-1985 um funcionamento distinto de outras ditaduras do continente; 3. como a ditadura se insere organicamente no processo histórico do Brasil; 4. quais os impactos da ditadura sobre a sociedade brasileira, sobre suas instituições e o desenvolvimento econômico; 5. quais os efeitos da ditadura sobre a cultura e a produção cultural brasileiras.

Ao entrar, aproveitando os 50 anos do golpe de 1964, no vasto e denso matagal da pesquisa norteada por tais eixos, com a determinação de trazer à luz o que de mais relevante se produziu até aqui neste campo complexo, polêmico e gerador de distintas paixões, *Pesquisa FAPESP* contou desde o início com alguns guias funda-

mentais para o percurso: os historiadores Maria Helena Capelato e Marcos Napolitano, ambos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), a socióloga Angela Alonso e a historiadora Miriam Dolhnikoff, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), o sociólogo Marcelo Ridenti, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-Unicamp) e a cientista política Glenda Mezarobba, da FAPESP, atualmente cedida à Comissão Nacional da Verdade (CNV), que atuou também na edição do material. A partir das orientações deles, dezenas de pesquisadores foram ouvidos e ajudaram a construir o relato especial de *Pesquisa FAPESP* sobre os 50 anos do golpe de 1964 que se estende pelas próximas páginas.



BRAÇOS CIVIS DE UMA INTERVENÇÃO MILITAR

Estudos discutem
participação de setores da
sociedade no golpe de 1964

Rodrigo de Oliveira Andrade

Passados 50 anos do golpe de 1964, ainda ecoa em alguns setores da sociedade a imagem dos tanques deslocando-se às escuras pelas ruas de Juiz de Fora, Minas Gerais, rumo ao Rio de Janeiro — então um dos centros da política brasileira —, cercados por tropas comandadas pelo general Olympio Mourão Filho, como se o golpe que derrubou o então presidente João Goulart, o Jango, e afundou o país numa ditadura de mais de duas décadas tivesse sido resultado de uma engenharia política unilateral, imposta de cima para baixo pelos militares. Estudos recentes, produzidos em diferentes áreas, têm procurado aprofundar o conhecimento sobre as condições, processos e ações que culminaram na queda de Goulart, à medida que fortalecem a corrente crítica de que o golpe teria sido fruto de uma crise política que envolveu diferentes atores. Assim, tem sido cada vez mais recorrente entre historiadores, sociólogos e cientistas políticos atribuir ao golpe uma natureza também civil, e não só militar.

“A participação de grupos civis no golpe hoje é inegável, assim como o apoio de setores civis à ditadura”, afirma a historiadora Miriam Dolhnikoff, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). “A questão é que critérios utilizar para caracterizar o regime que se instalou em seguida. Se houve participação e apoio civil, é importante destacar que os militares mantiveram o controle das decisões políticas em suas mãos.”

Para o historiador Marcos Napolitano, também da FFLCH-USP, o regime que se seguiu ao golpe deve ser qualificado apenas pela sua natureza militar. “A construção do regime foi centralizada



Marcha da Família
com Deus pela
Liberdade em
Andradas,
Minas Gerais

nas Forças Armadas. Após o golpe, os civis foram colocados em segundo plano, do ponto de vista político”, explica. Isso não quer dizer que os civis não foram beneficiários do regime. Muitos empresários e políticos, entre outros, foram sócios da ditadura. Já o golpe de 1964, ele diz, teria sido resultado de uma ampla e complexa coalizão, na qual os civis desempenharam um papel fundamental, “embora os agentes principais, ainda assim, tenham sido os militares”.

Napolitano é autor do recém-lançado *1964: histórias do regime militar brasileiro* (Contexto), livro em que faz um balanço histórico dos anos do governo de João Goulart, da configuração do movimento que desencadeou o golpe e do regime militar que o seguiu. O livro é resultado de trabalhos de mestrado e doutorado orientados por ele, e também de um projeto voltado à avaliação da transição da



O golpe foi resultado de uma ampla e complexa coalizão, na qual os civis desempenharam um papel fundamental, afirma Napolitano

crise política do governo de Jango para o golpe de 1964. Nele, Napolitano e seu orientando de mestrado, David Ribeiro, analisaram teses acadêmicas que explicavam o golpe sob a justificativa de que ele teria sido resultado da radicalização de seus autores ou da falta de compromisso com a democracia, apresentando o protagonismo exercido pelo Poder Legislativo no processo de formulação, execução e legitimação do golpe. Além de potencializar os conflitos ideológicos da sociedade, as decisões políticas tomadas no Congresso Nacional em meio aos debates sobre as reformas teriam sido cruciais para o desgaste e isolamento político de Goulart, segundo eles.

O envolvimento de outros setores civis também foi fundamental para desestabilizar o governo de Jango, preparar o clima do golpe e legitimar a ação dos militares. Empresários, a Igreja Católica e a própria Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), por exemplo, foram a favor da intervenção militar. A conclusão é da historiadora Denise Rollemberg, do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), no Rio de Janeiro. No artigo “Memória, opinião e cultura política – A Ordem dos Advogados do Brasil sob a ditadura (1964-1974)”, publicado no livro *Modernidades alternativas*, organizado pelo historiador Daniel

Aarão Reis, da UFF, ela relata que, em 7 de abril, o Conselho Federal da OAB, em reunião, comemorou a vitória do movimento golpista, aliviado por estar do “lado das forças justas”.

O artigo é resultado de um projeto maior, desenvolvido por Denise no Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC) da UFF e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Nele, a pesquisadora faz uma análise das declarações oficiais de várias instituições nos primeiros meses após o golpe. A Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou, em julho de 1964, a “Declaração da CNBB sobre a situação nacional”, em que se posiciona afirmando que “atendendo à geral e angustiada expectativa do povo brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para conquistar o Poder, as Forças Armadas acudiram em tempo, e evitaram que se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa terra”. Segundo Reis, as lideranças eclesiais cristãs conservadoras, como a Igreja Católica — à exceção de alguns bispos e da Ordem dos Dominicanos —, ajudaram ainda a impregnar a luta política com valores religiosos. “Para eles, era preciso não só ‘salvar a democracia’, mas também ‘salvar a civilização cristã’, agitando-se, assim, o espantinho do comunismo.”

Por sua vez, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) não formalizou seu apoio, como o fizeram a OAB e a CNBB, conta Denise. Mas a leituras



1 Tanque do exército em frente ao Palácio da Guanabara, no Rio de Janeiro

2 Estudantes do Mackenzie saem em passeata até a praça da República, SP, onde fazem comício de apoio ao golpe

fonte, sendo raros os trabalhos que os utilizam como objeto específico de estudo. “A imprensa em geral e os jornais da grande imprensa brasileira em particular foram atores de extrema relevância naquele período.”

A pesquisadora acaba de escrever um artigo sobre a participação da imprensa no golpe para a coletânea *Histórias do tempo presente*, organizada pela historiadora Marieta de Moraes Ferreira, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), prestes a ser lançada pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em março, Maria Helena coordenou um simpósio internacional, intitulado O Golpe de 1964 e a Onda Autoritária na América Latina, na USP, com apoio da FAPESP.

Por outro lado, a historiadora ressalta que alguns dos jornais que apoiaram a intervenção dos militares, entre eles o *Correio da Manhã*, condenaram o empastelamento, por exemplo, do *Última Hora* após os militares tomarem o poder. Segundo ela, as publicações que aplaudiram o golpe, a exemplo de outros setores civis, clamavam por uma intervenção cirúrgica que restaurasse a ordem e devolvesse o poder ao povo. “Logo a imprensa percebeu que o caminho seria diferente. Foram censurados e, então, passaram a participar dos movimentos pela redemocratização anos mais tarde”, comenta.

A postura do *Jornal do Brasil* durante a primeira fase do regime foi diferente da assumida pelo *Correio da Manhã*. O jornal comemorou a vitória

dos golpistas em manchetes como a de 1º de abril: “De Norte a Sul vivas à contrarrevolução”. Dias depois da mudança no poder, conta Maria Helena, o jornal demonstrou entusiasmo em relação à posse do marechal Humberto de Alencar Castello Branco em manchete – “Rio festeja a posse de Castello” – e defendeu as cassações de políticos, alegando que elas eram fruto da crise vivida pelo país. Apoio igualmente explícito foi dado pelo *O Globo*, que, além de ajudar a legitimar o golpe, apoiou a ditadura ao longo dos anos. “A apologia do ‘milagre econômico’, expressa em editorial de 1984, por exemplo, pode ser entendida como uma tentativa de desviar a atenção dos leitores quanto aos benefícios que recebeu do poder nesse período”, diz Maria Helena. Em agosto de 2013, as Organizações Globo reconheceram que apoiar o golpe foi um erro.

A trajetória dos principais jornais de São Paulo seguiu a mesma toada. Segundo ela, num primeiro momento, *O Estado de S. Paulo* apelou à intervenção militar, aplaudiu a Marcha da Família com Deus pela Liberdade – série de manifestações civis promovidas entre março e junho de 1964 contra o comunismo, o governo e sua agenda reformista – e festejou o sucesso do golpe. Ao longo da ditadura, porém, o jornal assumiu uma postura crítica e sofreu com a censura. É bastante conhecido o recurso da publicação dos poemas de Camões e das receitas de bolo no lugar das notícias censuradas. Nos anos finais do regime, conta Maria Helena, o jornal participou da luta pela redemocratização do país e “até hoje se vangloria de ter lutado pela volta da democracia no Brasil”.

Já a *Folha de S. Paulo*, segundo a historiadora, fez críticas moderadas ao governo e às reformas de Goulart, mas também apoiou a marcha, manifestou-se a favor do golpe e, em seguida, fez elogios ao novo presidente Castello Branco. “A *Folha de S. Paulo* apoiou o golpe, mas assumiu uma postura mais reservada quanto ao novo regime”, comenta. “É possível supor que essa atitude foi adotada para não pôr em risco o patrimônio da empresa e a reputação do jornal.” Ela explica que com o Ato Institucional nº 5, o AI-5, que deu poderes absolutos aos militares, a *Folha* optou pela autocensura, chegando depois a colaborar com os agentes da repressão encarregados das prisões e torturas – ao todo, o Estado brasileiro foi responsável pela morte de 426 pessoas entre 1964 e 1985, segundo a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Já os da-

Os jornais da grande imprensa brasileira foram decisivos na campanha para desestabilizar o governo de Goulart, segundo Maria Helena

dos oficiais da Presidência da República mostram que 475 processos envolvendo vítimas da ditadura militar passaram pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Em editorial publicado em 30 de março de 2014, a *Folha* também reconheceu que, “aos olhos de hoje, apoiar a ditadura militar foi um erro, mas as opções de então se deram em condições bem mais adversas que as atuais”.

Ecos da conspiração

Para o cientista social Paulo Ribeiro da Cunha, professor da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Marília, houve avanços importantes quanto à produção científica, pautada em pesquisas e livros, voltada à reflexão do período da ditadura, embora admita que “ainda há muito por resgatar”. Mas para o historiador Carlos Fico, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ e coordenador de história na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), apesar do crescente interesse de jovens historiadores e estudantes de graduação em história pelo período ditatorial, boa parte dos projetos de mestrado e doutorado na área não se propõe a estudar os processos que levaram ao golpe.

Ele cita um levantamento do Grupo de Estudos sobre a Ditadura Militar da UFRJ, que verificou que entre 1971 e 2000 foram produzidas 214 teses de doutorado e dissertações de mestrado sobre a história da ditadura militar, 205 delas no Brasil. Segundo Fico, um estudioso da produção historiográfica brasileira a respeito da ditadura militar, o crescimento do número de investigações sobre a temática é visível, em parte devido ao aumento de alunos que ingressaram na universidade. Entre 1971 e 1975, por exemplo, foram defendidos apenas dois trabalhos. Já entre 1986 e 1990 houve 47 defesas. Entre 1996 e 2000 foram registradas 74 teses e dissertações. Os principais focos de interesse foram os movimentos sociais urbanos, temas da arte e da cultura, economia e assuntos relacionados à esquerda e à oposição em geral. Em seguida vêm a imprensa, a censura e o movimento estudantil. Durante todo esse período, ele ressalta, apenas seis estudos focaram a natureza do golpe.

Essa produção historiográfica reforça a tese de que o discurso antigovernista da imprensa encontrou adeptos em muitos segmentos civis, diz Napolitano, que atualmente coordena um projeto de pesquisa, apoiado pelo CNPq, voltado ao estudo do processo de construção e adensamento da memória sobre o regime militar construída pela imprensa a partir de 1974. A alegação de corrupção — como hoje, atribuída quase sempre ao populismo da esquerda — e a incompetência administrativa de Jango marcavam o tom das críticas de setores sociais amedrontados pelo que julgavam ser a “proletarização” do país. Para Napolitano, esse discurso, na verdade, serviu para encobrir velhos interesses. “A ascensão dos ‘de baixo’ é sempre vista como ameaça aos que estão nos andares de cima do edifício social.” O historiador se refere às reformas de base, uma das marcas do governo Goulart.

Para Marco Antonio Villa, professor aposentado do Departamento de Ciências Sociais do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Jango nunca definira claramente essas medidas. Em seu livro *Ditadura e democracia no Brasil* (Zahar), no entanto, o historiador Daniel Aarão Reis verificou que o reformismo de Goulart previa a distribuição da terra por meio do rompimento de monopólios; o crescimento planejado das cidades, combatendo a especulação imobiliária; a criação de um sistema estatal para o financiamento de atividades que garantissem a autonomia nacional; e a incorporação do voto de soldados, graduados das Forças Armadas e analfabetos, entre outros pontos. Reis, no entanto, afirma que é preciso relativizar o papel de Jango nesse ponto da história. “O programa das reformas de base foi estruturado por uma



Dados do Ibope de março de 1964 mostram boa aprovação pública de Jango nas principais cidades do Brasil

ampla frente de movimentos sociais e lideranças políticas”, afirma. “Diante dele, Goulart sempre hesitou e tergiversou. Foi só em seus últimos meses de governo que ele começou a inclinar-se às posições reformistas.”

Em seu livro, fruto de uma intensa revisão bibliográfica, Reis explica que essas medidas, no entanto, não foram suficientes para que seu projeto tivesse apoio unânime, ao passo que a opinião mais conservadora começou a se articular

em grupos de pressão, cujas críticas intensificaram-se ante a apresentação do Plano Trienal, uma combinação de estímulos e restrições elaborada por Celso Furtado, então ministro do Planejamento, para incentivar o desenvolvimento e dominar a inflação. “O Plano Trienal foi abandonado no primeiro semestre de 1963. E, em meio à turbulência política, a inflação não parou de crescer. Em 1960 estava em 30,5%. Um ano depois foi para 47,8%. Em 1962 saltou para 51,6%”, afirma Marco Antonio Villa, cujas pesquisas deram origem ao livro recém-lançado *Ditadura à brasileira – A democracia golpeada à esquerda e à direita* (LeYa).

O país dividira-se. Manifestações civis espalhavam-se em vários estados. No dia 19 de março de 1964, a primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade reuniu cerca de 500 mil pessoas no centro de São Paulo, entre elas lideranças da classe média e da Igreja Católica e políticos, como Ulysses Guimarães, um dos líderes da marcha, segundo Reis. Outras manifestações seguiram-se dias mais tarde, como a de Santos, litoral paulista — ainda pouco estudada, de acordo com Napolitano. Em suas pesquisas,

o historiador identificou mais de 100 entidades civis que saíram às ruas contra o comunismo e a agenda reformista de Jango, entre elas a Organização pela União Cívica Feminista, entidade conservadora e anticomunista da época.

Golpe final

Efetivado o golpe, veio a cartada final. Não dos militares, “mas da instituição que, a rigor, deveria defender a legalidade constitucional: o Congresso Nacional”, destaca Paulo Cunha. Em 2 de abril de 1964, em meio a manifestações como a Marcha da Vitória, no Rio, foi declarada a “vacância” de Goulart, que ainda estava no Rio Grande do Sul, prestes a exilar-se no Uruguai. Em termos práticos, diz Cunha, “o Congresso determinou que o país estava sem presidente, sendo que o presidente ainda estava no Brasil”. Dias depois, em 11 de abril, os parlamentares elegeram Castello Branco para ocupar o posto de Goulart. “No contexto de polarização política, o Congresso teve maior responsabilidade pelas medidas que não tomou, já que não foi capaz de gerenciar a crise política ou negociar saídas institucionais democráticas”, conclui Miriam Dolhnikoff, também pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), fundado logo após o AI-5 por professores aposentados compulsoriamente pelo regime.

Jango não resistiu ao golpe, mas poderia tê-lo feito, pondera Cunha. Segundo ele, Goulart tinha apoio social e, inclusive, de alguns comandos importantes nas Forças Armadas. Cunha tem coordenado, desde 2004, um projeto com o objetivo de estudar a intervenção política de militares de esquerda e comunistas ao longo do século XX e, particularmente, o papel do setor militar do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Antimil, nas Forças Armadas. O projeto se baseia em entrevistas, leituras da imprensa e fontes documentais. Mais recentemente, o pesquisador procura resgatar a história da Associação Democrática e Nacionalista dos Militares (Adnam), entidade formada por militares cassados cuja expressão política, segundo ele, foi a continuidade de uma atuação da esquerda militar no pós-64 no sentido de conquistar a anistia e a democracia.

Além do respaldo de parte dos militares, Jango também contava com apoio popular. Segundo Napolitano, dados do Ibope de março de 1964 mostram que o presidente tinha boa aprovação pública nas principais cidades do Brasil, com 45% de “ótimo” e “bom” na avaliação de governo e 49% das intenções de voto caso fosse candidato em 1965 — a reeleição à época era proibida. Apenas 16% consideravam seu governo “ruim ou péssimo” e 59% eram favoráveis às reformas apresentadas nos comícios de 13 de março, na Central do Brasil, no Rio.





1 Multidão ouve Jango defender as reformas de base no comício na Central do Brasil

2 O ministro da Justiça, Luis Antônio Gama e Silva, e o locutor da Agência Nacional, Alberto Curi, anunciam o AI-5

Para Carlos Fico, João Goulart decidiu não resistir por várias razões. Entre elas porque o Congresso o impediu, e também porque já não contava mais com apoio de setores militares. “O próprio Jango era de índole pacifista. Qualquer tentativa de conter o golpe poderia desencadear uma guerra civil”, avalia o historiador. Segundo ele, a principal razão para Goulart não resistir talvez tenha sido o fato de, na manhã de 1º de abril, o ex-ministro da Fazenda San Tiago Dantas tê-lo avisado de que os Estados Unidos (EUA) reconheceriam e apoiariam um governo alternativo ao dele. Fico é coordenador de um projeto de pesquisa com o objetivo de ampliar a compreensão dos sistemas repressivos da ditadura militar brasileira e entender a influência dos EUA nas ditaduras do Brasil e da Argentina. Seus estudos deram origem, entre outros, ao livro *O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo – O governo dos Estados Unidos e a ditadura brasileira* (Civilização Brasileira), editado em 2008.

De acordo com Fico, os principais achados sobre a participação dos EUA no golpe de 1964 foram divulgados entre os anos de 1970 e 1980, co-

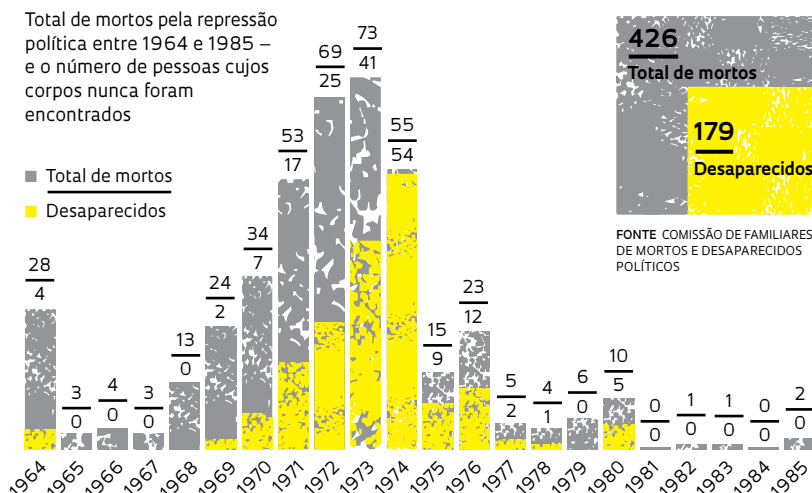
mo a descoberta da Operação Brother Sam, que consistiu na disponibilização de suplementos militares, incluindo um porta-aviões, aos golpistas. “Os EUA viam Goulart com enorme desconfiança. Eles não queriam uma segunda Cuba na América Latina”, explica. “O governo Kennedy auxiliou a configuração do golpe. Mas com a não resistência de Goulart o uso desse aparato não foi necessário.”

Fico obteve recentemente o plano de contingência discutido pelo embaixador norte-americano Lincoln Gordon com o Departamento de Estado em dezembro de 1963, o qual sustenta a tese de que Kennedy poderia intervir, se necessário. Essa discussão vem sendo retomada mais recentemente, diante da divulgação de novos documentos, antes sigilosos, sobre a participação dos EUA no golpe de 1964 (ver matéria na página 43). Em entrevista recente, o cientista político e brasilianista Thomas Skidmore, da Universidade Brown, nos EUA, afirmou ter sido informado do golpe um dia antes, em 31 de março, num jantar com Gordon, no Rio. Em 2006, Skidmore doou seus arquivos pessoais, com cerca de 6 mil documentos, em português e inglês, para a Brown — os arquivos podem ser acessados no endereço <http://library.brown.edu/collections/skidmore/>.

Por mais que as pesquisas sobre a época tenham avançado, ainda há lacunas na história que precisam ser investigadas. “A própria participação do Congresso carece de estudos mais específicos”, comenta Cunha. O mesmo pode ser dito sobre a participação dos empresários antes, durante e depois do golpe — ainda muito pouco estudada. Para Carlos Fico, muitos veem o golpe como evento inaugural da ditadura. Na verdade, diz o historiador, ele foi a expressão de um autoritarismo que por muito tempo rondou o país. “Esse evento-chave da história do Brasil ainda precisa ser melhor estudado”, conclui. Reis, por outro lado, ressalta que ainda é preciso entender melhor as conexões da ditadura com as lideranças sindicais — urbanas e rurais. “Há um tabu sobre o assunto, mas ele tende a cair nos próximos anos”, afirma. Segundo ele, sem compreender a ditadura como um constructo social e histórico, se avançará muito pouco no entendimento do período ditatorial. ■

AS ONDAS DA VIOLÊNCIA

Total de mortos pela repressão política entre 1964 e 1985 – e o número de pessoas cujos corpos nunca foram encontrados



Projetos

1 Da crise política ao golpe de Estado: conflitos entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo durante o governo de João Goulart (nº 2013/25214-3); **Modalidade** Auxílio Publicação Regular - Livro Brasil; **Pesquisador responsável** Marcos Francisco Napolitano de Eugenio (FFLCH/USP); **Investimento** R\$ 6.000,00 (FAPESP).

2 Da renúncia ao golpe: a consolidação do projeto golpista no Congresso Nacional (nº 2010/14533-2); **Modalidade** Bolsa no País – Regular – Mestrado; **Pesquisador responsável** Marcos Francisco Napolitano de Eugenio (FFLCH/USP); **Bolsista** David Ricardo Sousa Ribeiro; **Investimento** R\$ 25.752,10 (FAPESP).

3 O golpe de 1964 e a onda autoritária na América Latina (nº 2013/21149-2); **Modalidade** Auxílio Organização – Regular; **Pesquisadora responsável** Maria Helena Rolim Capelato (FFLCH/USP); **Investimento** R\$ 20.766,76 (FAPESP).

MARCAS PROFUNDAS

Especialistas examinam os efeitos dos 21 anos de ditadura na sociedade contemporânea

Eduardo Nunomura

Passaram-se cinco décadas, outras tantas se passarão e o golpe de 1964 permanecerá selando nossa realidade. Quem o diz é o saber científico acumulado em anos de artigos, livros publicados e projetos de pesquisa nas melhores instituições de ensino do país. Parte do que somos, do que poderíamos ser e do que jamais seremos está ligada à herança do regime militar no Brasil. De um lado, caminhamos para a sétima eleição presidencial democrática e podemos celebrar o fato de ter tido um professor exilado, um líder sindical preso na ditadura e uma guerrilheira presa e torturada ocupando o posto máximo da República. De outro, muito do que ainda nos falta como nação se deve a um Estado e a uma sociedade que não se desfizeram das amarras e armadilhas do passado. Os pesquisadores se debruçaram e prosseguem com afinco na análise dos impactos e consequências de um período que ainda rende inúmeras teses e dissertações, mas talvez jamais consigam responder a uma questão crucial: seremos capazes de um dia virar a página da história?

Em 2014, os brasileiros viram as cenas de barbárie da faxineira Claudia Silva Ferreira sendo arrastada por um carro da Polícia Militar, na zona norte do Rio, após ter sido baleada num fogo cruzado entre traficantes e policiais. “A tortura, os assassinatos e os desaparecimentos foram políticas de Estado na ditadura, mas a violência policial continua sendo praticada sistematicamente no Brasil”, critica o historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva, coautor de *Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010* (Objetiva, 2014). A gênese dessa violência une os porões da polícia do Estado Novo, os órgãos de repressão mantidos vivos na democracia de 1946 a 1964, os 21 anos de regime militar e a polícia e os pa-



ramilitares e milicianos dos nossos dias, explica o historiador, vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A atual democracia poderia ter dado um basta nessa lógica, mas não o fez. Em 2010, o Supremo Tribunal Federal recusou “abrir velhas feridas” ao se opor à revisão da Lei da Anistia. “1964 continua acontecendo a cada dia”, diz Teixeira da Silva.

Para um jovem nascido na democracia, talvez seja difícil relacionar a repressão da polícia do Exército com a institucionalização da violência e a militarização das polícias. Mas isso é um fato e também um campo de estudo. O Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP) foi criado em 1987 para investigar por que o Brasil que se redemocratizava manteve traços de uma herança autoritária e para refletir sobre os desafios que esse passado ainda apresenta para a consolidação do Estado democrático de direito. De lá para cá, as taxas de criminalidade explodiram dos anos 1980 aos 1990, sobretudo a de homicídios, e agora a socie-



Policiais militares reprimem manifestantes em Brasília, em 2009: violência praticada por agentes do Estado é uma das heranças da ditadura

dade se vê às voltas com o crime organizado. Há pelo menos duas gerações, a população deixou de enxergar a polícia como eficiente.

O sociólogo Sergio Adorno, coordenador do NEV-USP e diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, lembra que na ditadura imperava o medo de falar. Nos anos 1970, Adorno era universitário e nas aulas de sociologia seus professores não podiam citar a palavra “marxismo”. A censura abafava o fenômeno da violência, que só se tornou bastante visível depois da saída dos militares. “As instituições encarregadas da aplicação de lei e ordem continuam adotando um tratamento autoritário para conter a violência e têm uma concepção da ordem que é inspirada na lógica da guerra”, explica. “O criminoso é um inimigo que deve ser extirpado.”

O NEV-USP é desde 2000 um dos Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão (Cepid) da FAPESP. A Fundação tem financiado várias pesquisas sobre o tema, como a de uma investigação de Adorno sobre a continuidade do discurso autoritário no

país, tendo como objeto de estudo o esquadrão da morte. Segundo ele, ali começou a firmar-se uma espécie de pacto com a opinião pública que tolera a matança de criminosos – ou suspeitos de terem cometido crimes – por agentes policiais como se fosse adequada política de segurança. O núcleo já realizou estudos sobre a impunidade penal, as consequências da permanência do perfil militar das polícias e a violação dos direitos humanos.

Acientista política Maria Helena Moreira Alves também se dedica a estudar os resquícios do golpe de 1964 sobre a doutrina de segurança nacional, ainda em pleno vigor em sua opinião. Ela entende que as instituições brasileiras continuam incapazes de dar respostas à democracia. E isso decorre do fato de que elas não se abriram para as outras classes sociais, mas se tornaram peças utilitárias para a preservação de poder das elites. A pesquisadora cita o Judiciário, os partidos, as polícias e a imprensa como algumas das instituições que falham em não representar os interesses da maioria da população. “Diferentemente do período da resistência, focada na luta armada de classe média, hoje as vítimas da violência são pobres, camponeses e os moradores das periferias, que desaparecem ou são silenciadas”, critica a autora de *Vivendo no fogo cruzado* (Editora Unesp, 2013), sobre a política de retomada dos morros e comunidades pelo governo do Rio. Irmã caçula do deputado Márcio Moreira Alves, cujo discurso desafiador no Congresso foi o estopim para a decretação do Ato Institucional Número 5 em 1968, Maria Helena publicou também *Estado e oposições no Brasil: 1964-1984* (Vozes, 1984) e é professora aposentada da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Preso em 1970, torturado nos porões do DOI-Codi do Rio de Janeiro, a historiadora e psicóloga Cecília Maria Bouças Coimbra defendeu tese de doutorado que foi publicada em livro já esgotado sob o título *Guardiães da ordem: uma viagem pelas práticas “psi” no Brasil do “milagre”*. Nesse trabalho, a pesquisadora mostra como testes eram aplicados por psicólogos para traçar o perfil dos chamados terroristas presos. O objetivo era usar esse perfil construído para intimidar (tudo está vinculado a uma certa essência que todo sujeito teria), privatizar (tudo vincula-se à vida privada) e justificar uma visão familiarista (os opositores políticos seriam emocionalmente perturbados, com dificuldades de relacionamento e advindos de famílias desestruturadas). “Ignoravam a realidade social, como se o sujeito não fosse produto de seu contexto histórico”, afirma Cecília. Em seu pós-doutoramento, na USP, o estudo *Operação Rio: o mito das classes perigosas*, a pesquisadora, fundadora e hoje vice-presidente do grupo Tortura Nunca Mais-RJ, fala da produção feita



Assembleia de metalúrgicos no ABC, berço das greves do fim dos anos 1970: tentativa de despolitizar sindicatos acabou por politizar as negociações salariais

pelos meios de comunicação hegemônicos do “inimigo” a ser perseguido. Aponta historicamente como, desde o final do século XIX, se associa indissolavelmente pobreza com criminalidade.

Mas a segurança pública, talvez a face mais visível da herança da ditadura, não é a única questão mal resolvida, na análise dos estudiosos. Não é raro disseminar em certas camadas da opinião pública discursos de descrença em relação ao atual regime político. Ora é a desconfiança nas instituições, ora a percepção de que os governantes são corruptos. Para o cientista político Fernando Limongi, da USP, essa visão é baseada em muito preconceito e falta de conhecimento sobre o papel e a atuação das instituições. O projeto temático da FAPESP *Instituições políticas, padrões de interação Executivo-Legislativo e capacidade governativa*, iniciado em 1997, desmente a construção de que o regime político pré-1964 funcionava mal e isso gerou um conflito que resultou no golpe.

“Esse diagnóstico, que a meu ver estava errado, influencia a Constituinte de 1987, que redesenhou as relações institucionais, fortalecendo o Poder Executivo, mas sem deixar de buscar tornar o Legislativo mais eficiente, aumentando a capacidade de o presidente ter sua agenda política implementada”, diz Limongi. Mas os estudos do projeto temático que comparam o período 1945-1964 com o atual mostram que antes do golpe o sistema funcionava de forma diferente, que o Executivo não dominava tão fortemente o processo legislativo, mas não é o mesmo que afirmar que o sistema estaria à beira de um colapso. Funcionava, apenas de forma diferente. O projeto temático, coordenado por Limongi e pela cientista política

Argelina Cheibub Figueiredo, já gerou uma série de artigos e livros, além de teses de mestrado e doutorado. Limongi também faz parte de outro Cepid da Fundação, o Centro de Estudos da Metrópole, onde estuda questões eleitorais.

A Guerra Fria, que se caracterizou por disputas estratégicas e conflitos indiretos entre Estados Unidos e União Soviética, era um fator de maior importância nos cálculos políticos que os partidos brasileiros faziam naquele período, explica Argelina. Os três partidos sobre os quais gravitava a vida política (o PSD, mais ao centro do sistema político nacional, o PTB de João Goulart e os conservadores oposicionistas da UDN) possuíam muitas correntes internas, que se posicionavam radicalmente conforme o tema em disputa. As reformas de base propostas por Jango, por exemplo, foram defendidas com unhas e dentes por grupos de esquerda entre os trabalhadores. Na época, eles viram sua representação no Congresso crescer nas eleições de 1962, mas não tinham maioria. Apesar disso, não aceitavam nenhum tipo de negociação – bem diferente do cenário atual. Em seus estudos sobre o Legislativo, a cientista política lembra que o Congresso tem 70 anos de atividade parlamentar praticamente ininterrupta, com exceção de alguns meses de 1966 e 1969. “Os deputados, prefeitos fora das capitais e vereadores continuaram sendo eleitos, o que fez com que a política local nunca deixasse de ter influência, o que persiste até hoje”, explica.

A ditadura teve a preocupação de institucionalizar o governo dos militares, estabelecendo suas reformas, criando um Executivo forte, onde um dos principais mecanismos de aprovação de projetos era o decreto-lei. A Constituição de 1988 acabou por manter poderes atribuídos ao chefe

do Executivo pelos governos militares para evitar que um presidente fraco se tornasse incapaz de governar diante de um Congresso conservador, explica Argelina. Mas isso não tornou o Legislativo refém da Presidência, que agora depende de intensas negociações com os líderes dos partidos para poder definir sua agenda, seja por meio de projetos de lei ou medidas provisórias. “Hoje o presidente é mais forte do ponto de vista institucional, mas tem de governar dentro de uma coalizão, já que o Congresso tem condições de se impor quando quer.”

Um outro objeto de estudo ainda pouco explorado se refere ao mundo do trabalho e dos trabalhadores nesse período. Fundamental para compreender o golpe de 1964 e suas consequências, o papel dos trabalhadores e do mundo do trabalho demanda mais pesquisas, na avaliação do sociólogo Marco Aurélio Santana, diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. “Há, depois do golpe, uma visão muito crítica da participação deles no pré-1964, como se tivessem ‘errado’ no pré-1964, sido ‘derrotados’ em 1964 e ficado ‘imobilizados’ e/ou ‘ausentes’ no pós-1964”, explica. A exceção ficaria por conta de dois momentos relevantes, as greves operárias de 1968 – em Osasco (SP) e Contagem (MG) – e a partir de 1978, com as greves do ABC paulista, lembra Santana. O sociólogo adverte que logo após tomarem o poder as Forças Armadas trataram de cassar e prender as lideranças comunistas-trabalhistas que eram hegemônicas no sindicalismo da época. E, buscando uma reorientação sindical, favoreceram a aproximação com correntes ligadas ao sindicalismo conservador, mais propenso às conciliações e negociações, além de ter um cunho assistencialista.

“A ditadura tentou despolitizar os sindicatos, mas acabou por politizar as negociações salariais ao adotar como política econômica central o combate à inflação pelo controle dos salários, a chamada ‘política de arrocho salarial’”, conta Santana, que atualmente coordena o projeto de pesquisa *Trabalho, trabalhadores e regime ditatorial: a experiência brasileira (1964-1985)*. “Os sindicatos passaram a lutar contra o arrocho salarial, o que levou a uma tensão muito forte entre capital e trabalho, agora transplantada para dentro do Estado.” Embora rapidamente reprimida nas greves de 1968, uma nova classe operária já se delineava no país, mais politizada e escolarizada, que resultou na emergência de novas lideranças sindicais nas metrópoles. O melhor exemplo é Luiz Inácio Lula da Silva, que em pleno regime militar era capaz de reunir de 50 mil a 60 mil trabalhadores em assembleias no ABC paulista. A luta específica dos trabalhadores se politizou, buscando, inclusive, a forma partidária, porque perceberam que não bastava reivindicar salários,

mas também se opor às políticas do regime que produziram crescente concentração de renda e deterioração das condições de vida. Nesta perspectiva, o Partido dos Trabalhadores não surgiu por mero acaso em 1980.

O pesquisador Armando Boito Jr., professor titular de ciência política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), lembra que o Brasil do ciclo militar manteve a política desenvolvimentista, ao contrário dos vizinhos Chile e Argentina, que adotaram em suas respectivas ditaduras o modelo capitalista neoliberal. Na ditadura brasileira, o Estado preservou, de múltiplas maneiras, sua função de indutor do crescimento. “Os militares mantiveram a política de industrialização, mas liquidaram com o populismo, que era a base popular do desenvolvimentismo. Tentaram avançar com uma perna só”, compara. Na redemocratização, o primeiro presidente eleito, Fernando Collor, abriu as portas do país para o capitalismo internacional, levando à regressão da industrialização brasileira.

Quando Lula assumiu o poder, ele adotou uma política chamada de neodesenvolvimentista por Boito Jr., autor, dentre outros, do livro *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil* (Editora Xamã, 2002). “O neodesenvolvimentismo é o desenvolvimentismo possível dentro do modelo capitalista neoliberal ainda em vigor. Essa política favorece, principalmente, a grande burguesia interna brasileira, mas obtém apoio, também, em amplos setores populares.” Boito Jr. entende que se formou, sob os governos petistas, uma ampla e heterogênea frente política que favoreceu a luta dos sindicatos mais do que aquelas prevalentes na década de 1990 e sob a ditadura militar.

Nos governos Lula e Dilma, cresceu muito o número de greves (segundo o Dieese, foram 873 em 2012 ante as 312 de 2004) e os trabalhadores obtiveram aumento real de salário (18% dos acordos e convenções tiveram aumento real em 2003, essa porcentagem foi num crescendo até chegar a 96% no ano de 2012). “Por um lado, os sindicatos se tornaram atores reconhecidos no jogo político, mas, devido a sua posição subalterna na frente política neodesenvolvimentista, acabaram relegando para segundo plano algumas de suas bandeiras, como a jornada semanal de 40 horas e a regulamentação restritiva da terceirização”, analisa Boito Jr.

O economista Edmar Bacha, sócio-fundador do Instituto de Estudos de Política Econômica Casa das Garças, discorda de que Lula e Dilma

Correntes internas dos três partidos sobre os quais gravitava a vida política (PSD, PTB e UDN) se posicionavam radicalmente conforme o tema em disputa



tenham instaurado um governo de viés desenvolvimentista e observa que as comparações com o regime militar são muito desiguais. O governo de Geisel investia entre 5% e 7% do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto atualmente, excluído o programa Minha Casa, Minha Vida, essa taxa fica entre 1% e 2%. E em vez de industrialização estaria havendo um retrocesso, afirma Bacha, um dos pais do Plano Real e membro do conselho consultivo internacional da Yale University. “Falta ao governo atual um entendimento sobre o que é a industrialização na época da globalização. Uma coisa é um país pobre e agrário, num período em que a economia mundial era desintegrada, adotar uma política de substituição de importação. Hoje não adianta fazer isso, porque se protege a indústria nacional elevando o custo da produção”, compara.

A respeito da economia nos anos da ditadura, e a despeito das diferentes fases que ela experimentou no período, uma das imagens mais recorrentes nos debates é a do “milagre brasileiro”. O economista José Pedro Macarini, da Unicamp, procurou desmitificar esse tema. “O milagre não perseguiu a industrialização, mas apenas o crescimento. A única forma de legitimidade do governo junto à população era crescer a altas taxas”, explica. Mas o foco na industrialização ocorreria apenas no governo Geisel com o 2º Programa Nacional de Desenvolvimento (PND).

Antes do golpe de 1964, o Brasil atravessava uma fase de desaceleração, evoluindo para uma crise econômica aberta. Se na década de Juscelino Kubistchek o PIB crescia 7,5% ao ano, em 1963 ele cresceu 1,6%. A inflação medida pelo Índice Geral de Preços, da Fundação Getulio Vargas, rondava a casa dos 30% com JK e atingia 81% um

ano antes do golpe, durante o governo de Jango. “O déficit do setor público e o endividamento eram preocupantes. Sob Jânio uma renegociação bem-sucedida da dívida externa fora conduzida pelos embaixadores Roberto Campos e Walther Moreira Salles. A crise política de 1962-63 obrigou a nova tentativa de renegociação, porém fracassada”, diz Macarini. Para atravessar o período de águas turbulentas, que durou de 1964 a 1967, o primeiro presidente militar, o marechal Castello Branco, criou o Plano de Ação Econômica do Go-

verno (Paeg). Com o objetivo de combate à inflação, o plano promoveu uma severa contenção do crédito, aliada à deterioração do poder de compra dos salários e ao corte de gasto público (incluindo o investimento).

O Paeg proposto pelos ministros Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões conseguiu realizar as reformas tributária, monetária-financeira, habitacional e do setor externo. São dessa época heranças que perduram até os dias de hoje, como a criação do Banco Central, do Conselho Monetário Nacional, das financeiras e do mercado de ações, do Sistema Financeiro da Habitação, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), além da transformação dos impostos em cascata em impostos sobre o valor adicionado (IPI e ICM). “Mas essas reformas só vieram a ser sentidas pela população a partir de 1968, quando a situação econômica mundial melhorou e havia uma grande liquidez internacional”, acrescenta ele.

De 1968 até o começo de 1974, o país viveu o chamado “milagre econômico”, registrando taxas de crescimento acima de 10% ao ano e inflação controlada abaixo dos 20%. O “Brasil grande” mergulhou numa fase de construção de grandes obras, como a rodovia Transamazônica, a ponte Rio-Niterói, a hidrelétrica Itaipu e a Ferrovia do Aço. “Mas foi a partir de Delfim Netto que houve a ampliação dos grandes empréstimos de instituições financeiras do exterior, que vai crescendo até desaguar na crise da dívida externa nos últimos anos dos governos militares”, observa Macarini.

Antonio Delfim Netto, economista formado pela USP, participou dos governos dos generais Costa e Silva (1967-1969), Médici (1969-1973) e João Figueiredo (1979-1985). A dívida externa brasileira era de US\$ 3,5 bilhões entre 1963 e 1968, chegou a

US\$ 12,5 bilhões em 1974 e, por conta de novos empréstimos, dos juros e amortizações, alcançou US\$ 100 bilhões em 1980. É importante lembrar que em 1975 houve uma contração da economia mundial. O 2º PND, no governo Geisel, seria também uma resposta ao primeiro choque do petróleo e tinha como finalidade estimular a produção de insumos básicos, bens de capital, alimentos e energia. “A indústria de bens de produção se diversificou pouco, não livrou o país da grande dependência de importações de máquinas e equipamentos e não houve transformação estrutural da economia durante o milagre”, critica Macarini. Embora realizado aquém de suas ambiciosas metas originais e num cronograma muito dilatado e acidentado, o 2º PND provocou transformações estruturais da economia que não deixaram de constituir uma herança positiva para o período iniciado em 1985.

Nessa conta do endividamento externo entra o polêmico acordo de cooperação que o Brasil assinou com a Alemanha para a construção de Angra 1. O país europeu foi o único que se dispôs a transferir a tecnologia da ultracentrifugação do urânio, diz o pesquisador Luiz Alberto Moniz Bandeira, autor de *O “milagre alemão” e o desenvolvimento no Brasil* (Editora Unesp, 2011) e *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil – 1961-1964* (Editora Unesp, 2010). “A transferência foi feita clandestinamente, pelos técnicos e cientistas que vieram pela Alemanha, de acordo com o protocolo industrial, e não estavam sujeitos a salvaguardas.” O país europeu aceitou transferir a tecnologia porque necessitava de urânio enriquecido para produção de energia elétrica, e não queria ficar na dependência dos Estados Unidos. Professor titular aposentado da Universidade de Brasília, Moniz Bandeira reitera que os militares viam como fundamental o domínio da energia nuclear pelos brasileiros, inclusive para se afirmar em uma posição de potência mundial.

1 Planos econômicos da ditadura criaram condições para o “milagre brasileiro”, com incentivos para a indústria nacional, a exemplo da automobilística

2 Ministro da Fazenda, Delfim Netto (ao lado dos colegas Reis Velloso e Pratini de Moraes) permitiu a empresas nacionais tomarem empréstimos internacionais, o que colaborou para a expansão da dívida externa



O físico José Goldemberg, ex-reitor da USP, lembra que os principais representantes da comunidade científica, sobretudo a Sociedade Brasileira de Física e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, se opuseram publicamente ao projeto dos militares, uma vez que o acordo nuclear com a Alemanha previa a compra de um pacote fechado e a própria ciência brasileira não teria acesso à tecnologia nuclear. O acordo era benéfico para os cofres alemães. Em 1967, o governo anuncia a compra da usina de Angra 1. Mas, em 1975, os cientistas foram surpreendidos com a intenção de Geisel de ampliar o acordo com a Alemanha, com a compra de oito grandes reatores nucleares. “Hoje se sabe que essa oposição foi fundamental para evitar a nuclearização do Brasil”, lembra Goldemberg. Dos oito reatores, só Angra 2 foi concluída, enquanto Angra 3 está prevista para 2018.

Sindicatos perseguidos, partidos cassados, recrudescimento da violência, criminalização da juventude, crescimento aliado ao aumento da desigualdade social, tudo isso fez parte da realidade do regime militar. Como e por que boa parte da sociedade aceitou fazer parte desse jogo é uma questão em aberto. Novas gerações de pesquisadores, como a historiadora Janaina Cordeiro, da Universidade Federal Fluminense, têm procurado desemaranhar esse novelo. Ela defendeu, em 2012, uma tese sobre as comemorações do Sesquicentário da Independência no ano de 1972. O trabalho será publicado neste ano sob o título *A ditadura em tempos de milagre: orgulho, comemorações e consenso* pela editora da FGV e com apoio da Faperj. Nele, a autora afirma que os governos militares recorreram a estratégias para alcançar determinados graus de consenso social. Eles não inventaram a ideia de construção do novo, mas essa imagem foi minuciosamente retomada e reelaborada por eles. Citando a formulação do historiador Robert Gellately, que estudou a conformação do pacto social sob a Alemanha nazista, Janaina afirma que mecanismos de coerção e consentimento ajudaram a obter o apoio dos brasileiros. “A ditadura soube estabelecer diálogos com importantes tradições nacionais, ativar sentimentos patrióticos e ufanistas que são componentes importantes de determinado imaginário coletivo nacional”, conclui. ■

Projetos

1. Núcleo de Estudos da Violência - NEV/USP (nº 13/07923-7); **Modalidade** Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão (Cepid); **Pesquisador responsável** Paulo Sergio de Moraes Sarmento Pinheiro (USP); **Investimento** R\$ 10.712.071,92 (FAPESP).

2. Instituições políticas, padrões de interação Executivo-Legislativo e capacidade governativa (nº 2011/08536-1); **Modalidade** Auxílio Pesquisa - Projeto Temático; **Pesquisador responsável** Fernando de Magalhães Papaterra Limongi (USP); **Investimento** R\$ 516.178,52 (FAPESP).

3. Centro de Estudos da Metrópole - CEM (nº 2013/07616-7); **Modalidade** Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão (Cepid); **Pesquisadora responsável** Marta Arretche (USP); **Investimento** R\$ 7.110.948,20 (FAPESP).

O IMPACTO NA ACADEMIA

Três centenas de professores foram afastados das universidades brasileiras pela ditadura, período marcado pela estruturação da pós-graduação

Marcos Pivetta

No início de 1964, o jovem médico Thomas Maack, auxiliar de ensino no Departamento de Fisiologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), tinha que cumprir uma tarefa cotidiana tão prosaica quanto necessária antes de iniciar o expediente na instituição médica situada na avenida Doutor Arnaldo, zona oeste da capital paulista. Tomava o bonde na esquina das ruas da Consolação e Maria Antônia levando nos braços o material de trabalho e um cesto vermelho no qual transportava a filha de menos de 1 ano de idade, Marisa, à creche do Hospital das Clínicas, parada obrigatória antes de ir para a faculdade. Em 8 de junho daquele ano, pouco mais de dois meses após o golpe militar, o médico de 28 anos foi preso em seu laboratório, acusado de atividades subversivas dentro da universidade. Entre as “provas” de atuação esquerdista figurava a cor do cesto usado para carregar a filha. O encarceramento de Maack – que nasceu na Alemanha, veio com 1 ano de idade para o Brasil e fez brilhante carreira acadêmica na escola médica da Universidade Cornell, em Nova York – duraria mais de seis meses, um dos mais longos entre os professores universitários perseguidos pelo regime militar. Por cinco meses, ao lado de estivadores e outros trabalhadores, o médico esteve preso no navio Raul Soares, antiga embarcação de passageiros que fora transformada em cárcere flutuante e se encontrava ancorada a curta distância do porto de Santos.

Boa parte desse tempo foi mantido incomunicável. Maack diz não ter sofrido tortura física, embora a pressão psicológica feita pelos agentes da ditadura para delatar colegas da universidade fosse uma companhia frequente. Ele era, de fato, militante de esquerda, mas sua atividade política em sindicatos, organizações político-partidá-

rias e na União Nacional dos Estudantes (UNE) era exercida basicamente fora da universidade. “Achei que iria ficar uns poucos dias preso e seria solto. Mas, como me recusei a dar nomes, me mantiveram preso por mais tempo”, relembra Maack, que foi demitido da USP, ao lado de seis colegas da Faculdade de Medicina, por meio de um decreto assinado em 10 de outubro de 1964 pelo então governador paulista Adhemar de Barros. Em cumprimento a um *habeas corpus* obtido por seu advogado, o médico foi libertado em 15 de dezembro de 1964, pouco depois de ter sido transferido do navio para uma prisão comum de Santos. No dia seguinte à sua soltura, os militares, informados do descuido jurídico-administrativo, tentaram prendê-lo de novo. Era tarde. Maack, a mulher e a filha já tinham iniciado seu roteiro de fuga, que incluiria passagens por Curitiba e pelo Paraguai e terminaria nos Estados Unidos. Em 2010, Cornell lhe conferiu o título de professor emérito de fisiologia e biofísica, depois de mais de 40 anos dedicados à instituição.

A saída forçada de Maack da USP é um dos cerca de 300 casos estimados de docentes do ensino superior que foram aposentados compulsoriamente ou exonerados de suas funções nos dois grandes expurgos promovidos pela ditadura nas universidades brasileiras. A contabilidade dos expurgos ainda é inconclusiva devido à escassez de documentos e trabalhos sobre o tema. A história do então médico da FMUSP não é a mais branda nem a mais dramática de perseguição a professores universitários. É, sim, ilustrativa do *modus operandi* da ditadura, já em seus primeiros dias, para perseguir professores universitários. Em seus 21 anos de duração, o regime autoritário prendeu, torturou e matou intelectuais e membros da academia. Até hoje sem explicação, o desaparecimento em 1974 de Ana Rosa Kucinski,



Invasão da UnB em 1968 pelo Exército: universidade da capital federal foi uma das mais perseguidas durante a ditadura

docente do Instituto de Química da USP, então com 32 anos, e de seu marido, o físico Wilson Silva, figura entre os episódios mais trágicos – e ainda sem fim – produzidos pelo regime autoritário em seus momentos de maior violência. Vale lembrar que entre as funções desempenhadas pelo jornalista Vladimir Herzog, morto nas dependências do II Exército em São Paulo em 1975, estavam as aulas que dava na Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP e na Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP).

Em extensas entrevistas concedidas nos últimos 14 anos a *Pesquisa FAPESP*, pesquisadores de renome contaram passagens de sua vida em que sofreram ataques ou perderam o emprego na universidade por causa da ditadura. Em um depoimento dado ao número 59 da revista, de novembro do ano 2000, o físico José Leite Lopes – que se demitiu do cargo de diretor científico do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) em 1964 por causa do golpe de Estado, foi para a França, retornou ao Brasil três anos mais tarde e foi cassado pelo AI-5 em 1969 – faz um balanço dos efeitos da atuação do regime militar em seu campo de trabalho: “Bem, eles tiraram o

Schenberg, a mim, vários outros, houve muito protesto, cartas mandadas por físicos franceses, americanos, o Yang mandou uma carta para Costa e Silva [o presidente militar Arthur da Costa e Silva], mas a chamada revolução foi implacável. Depois, o ministro Velloso [João Paulo dos Reis Velloso, ministro do Planejamento] achou que era tudo uma besteira e trouxe gente como Sérgio Porto, o Rogério Cerqueira Leite, que voltou dos Estados Unidos para a Unicamp, fundada por Zeferino Vaz em 1970. Então, mesmo na ditadura, muita gente estava trabalhando, o grupo de Campinas, o pessoal de Recife, que começou a se desenvolver. Se houve um atraso real foi mais na formação de gente”, disse, na entrevista, Leite Lopes, que morreria em 2006.

Um dos mais ativos pesquisadores brasileiros da área de bioquímica nas últimas décadas, o médico Isaias Raw era, como Thomas Maack, docente da FMUSP quando foi preso em 1964, acusado de atuação subversiva. Em entrevista à *Pesquisa FAPESP* de julho 2005 (edição 113), lembrou do impacto psicológico de seu encarceramento, que durou 13 dias, sobre a família. “Como é que você explica para os seus filhos pequenos que a polícia está errada e você certo? Não existe isso.



1 Navio Raul Soares: médico Thomas Maack ficou cinco meses preso na embarcação perto da costa de Santos

2 Físico Roberto Salmeron, na década de 1960: carreira na França a partir de 1968

3 Casal de pesquisadores Ruth e Victor Nussenzweig: volta ao Brasil cancelada por causa do golpe

Não tem explicação”, afirmou, na ocasião, Raw. O pesquisador continuaria sua carreira no Brasil até 1969, quando foi cassado e então partiu para uma longa temporada no exterior (trabalhou em Israel e nos Estados Unidos) antes de regressar em definitivo ao país em 1980.

Em certos casos, a repressão da ditadura nas universidades fez com que pesquisadores de ponta que passavam uma temporada no exterior adiassem, às vezes para sempre, o retorno ao Brasil. O casal de médicos Ruth e Victor Nussenzweig, cujos trabalhos em prol de uma vacina contra a malária são referência até hoje, se viu obrigado a fazer essa opção em abril de 1964. Eles já estavam na Escola de Medicina da Universidade de Nova York (NYU), onde permanecem até hoje (ele com 86 anos e ela com 85), mas alguns dias depois do golpe visitavam a FMUSP, onde ambos se formaram e eram professores, prospectando uma possível volta. “Então percebi que esse coronel estava realmente mandando na faculdade. Se mandava na faculdade, mandava em mim. Percebi que eu não tinha poder algum. O coronel não ligava se eu era professor ou não. Percebi que não poderia mais ficar no Brasil. A Ruth e eu voltamos para os Estados Unidos”, Victor contou à revista em uma entrevista concedida em dezembro de 2004 (ver edição 106), lembrando um encontro com um militar instalado na FMUSP.

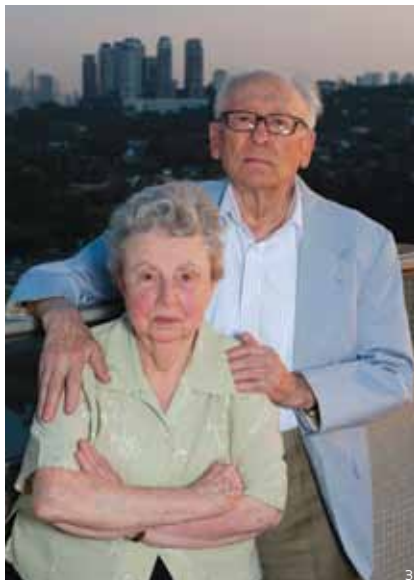
Dois grandes expurgos

De forma esquemática, os estudiosos do período apontam dois momentos em que ocorreram grandes expurgos de professores nas universidades. O primeiro se deu em 1964, nos meses seguintes ao golpe, e o segundo em 1969, depois do AI-5 e do

decreto 477, que permitia expulsar alunos, funcionários e professores universitários de forma sumária, sem direito a praticamente nenhuma defesa. A Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP foi severamente atingida por esse segundo expurgo e nomes como Fernando Henrique Cardoso, Bento Prado Jr., José Arthur Giannotti, Florestan Fernandes e Octavio Ianni foram compulsoriamente aposentados. “Por serem vistas como centros irradiadores de esquerdismo no país, as universidades foram um dos primeiros alvos dos militares, ao lado dos sindicatos e organizações de trabalhadores rurais”, diz o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), autor de um estudo de seis anos sobre o tema que redundou no livro recém-lançado *As universidades e o regime militar* (Jorge Zahar Editor). Motta estima em mais de mil o número de alunos que foram expulsos das universidades entre 1969 e 1979. A exclusão de 250 estudantes em 1969 da Universidade de Brasília (UnB), várias vezes invadida pelos militares durante a ditadura, é o episódio mais conhecido dessa faceta do regime.

A partir de 1970, foram constituídas cerca de 35 Assessorias Especiais de Segurança e Informações (Aesis ou ASIs) nas principais universidades do país, com funcionários encarregados de vigiar e abastecer o Serviço Nacional de Informações (SNI) com relatos sobre o que ocorria no ambiente acadêmico. Espiões do regime militar, que se passavam por estudantes, frequentavam as universidades e, em alguns casos, foram até desmascarados. Em junho de 1976, durante uma reunião no auditório da Geografia da USP, os alunos flagraram um desconhecido que se preparava para gravar, na surdina, o encontro. Houve confusão e o desconhecido sumiu da universidade e não foi mais visto. Segundo Motta, a estrutura de espionagem militar nas instituições superiores de ensino, que passou a ser denunciada em meados dos anos 1970 nas reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), foi extinta oficial-





mente em 1979. No entanto, algumas universidades, como as federais do Maranhão, Paraíba, Sergipe, Amazonas, Santa Catarina, Espírito Santo, Santa Maria e Fluminense e a estadual de Londrina, demoraram anos para desmontar o aparato de espionagem, e o historiador levantou evidências de que algumas ASIs ainda funcionavam na primeira metade da década de 1980.

No livro, provavelmente o mais abrangente sobre a questão, Motta traça um panorama das perseguições, da vigilância e da repressão nas universidades do país e discute as reformas no ensino superior promovidas pelo regime autoritário, como

a extinção da cátedra entre os professores universitários, o estímulo à pós-graduação, o acordo do Ministério da Educação (MEC) com a Usaid (a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), as alterações feitas no sistema de vestibular e o antigo projeto Rondon. Essa última iniciativa levou, entre 1967 e 1989, centenas de milhares de universitários a desenvolver atividades de extensão no interior do Brasil, em especial na Amazônia, e foi criticada pelos opositores do regime militar como uma forma de cooptação ideológica da juventude. O historiador fez pesquisas em 22 bibliotecas e arquivos do Brasil e do exterior, como os da própria Usaid e da National Archives and Records Administration II, além de vasculhar a literatura sobre o tema e realizar entrevistas com mais de 50 professores universitários afastados em algum momento de seu trabalho pela ditadura. “Aqui não vai nenhum elogio à ditadura”, diz Motta. “Mas ela se apropriou de alguns pontos da reforma universitária, uma demanda que já existia antes de 1964, e os implementou de forma autoritária.”

O historiador da UFMG compilou números que mostram o investimento dos militares nas universidades e no sistema de pós-graduação do país. “Eles precisavam formar quadros técnicos para tocar seu projeto de desenvolvimento para o Brasil”, afirma Motta. Em 1960 havia 93 mil alunos nas universidades do país, pouco mais da metade em instituições públicas. Em 1964, ano do golpe, esse número era de 142 mil estudantes. Em 1984, nos estertores da ditadura, chegou à casa de 1,4 milhão de universitários, dos quais 570 mil provenientes de instituições públicas e 830 mil de estabelecimentos particulares. Os governos militares criaram 12 novas universidades federais nos 15 primeiros

anos que estiveram à frente do poder, embora o estímulo ao aumento das vagas em instituições privadas de ensino tenha sido ainda maior.

Movimento semelhante ocorreu na pós-graduação. Em 1961 havia apenas 6 cursos nessa área. Em 10 anos, de 1964 a 1974, o número subiu de 23 para 403. Em 1984, último ano da ditadura, a pós brasileira contabilizava 792 cursos de mestrado e 333 de doutorado. Entre 1964 e 1976, o número de bolsas de pós-graduação concedidas pelas agências federais (Capes e CNPq) pulou de cerca de mil para 10 mil, segundo o trabalho de Motta. Ainda como estímulo à pesquisa científica e tecnológica, os governos militares criaram a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) em 1967, a Embraer em 1969 e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em 1973. “Pela primeira vez no Brasil, o desenvolvimento científico e tecnológico foi colocado como prioridade de governo”, disse, sobre a criação da Finep, o economista João Paulo dos Reis Velloso, em entrevista publicada por *Pesquisa FAPESP* em julho de 2008 (ver edição 149). Reis Velloso foi ministro do Planejamento de 1969 a 1979, em dois governos do período da ditadura militar, os dos generais Médici e Geisel.

“Os militares promoveram uma norte-americanização do ensino e da pesquisa no Brasil, que era o modelo que ganhava espaço inclusive na Europa”, diz Luiz Antônio Cunha, professor titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), autor de obras que analisaram os efeitos da ditadura no ensino superior, como *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*, título publicado em 2007 pela Editora Unesp. “Mas é ruim pensar que tudo de bom ou de ruim se iniciou com a ditadura militar. Desde o final da Segunda Guerra Mundial, o Brasil já tinha começado um esforço para melhorar seu ensino superior e a pesquisa, e havia enclaves de modernidade antes do golpe: primeiro foi fundado em 1950 o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), em São José dos Campos, depois a Faculdade de Medicina da USP em Ribeirão Preto em 1952 e a UnB em 1962. Nessas instituições, a obrigatoriedade das cátedras foi contornada pela novidade do regime departamental, o ensino era estreitamente ligado à pesquisa, os professores dedicavam-se ao trabalho acadêmico em tempo integral e a pós-graduação *stricto sensu* deu seus primeiros passos.”

A percepção sobre os impactos mais gerais e a longo prazo das medidas implementadas pela ditadura nas universidades e no sistema de pesquisa nacional nem sempre é nítida entre os professores que foram alvo de perseguições. “Para mim, é impossível avaliar os efeitos”, diz Michel Rabinovitch, hoje com 88 anos, docente da FMUSP em 1964, que teve de deixar o país



Registro de 2008 de ex-professores da FMUSP aposentados ou demitidos durante a ditadura: Michel Rabinovitch, Erney Plessmann de Camargo, Isaias Raw e Luiz Rey (à frente, da esq. para dir.); Pedro Henrique Saldanha (de óculos) e Thomas Maack (ao fundo)

ameaçado pela ditadura. “Talvez o impacto tenha sido pontual, menor do que no caso das universidades argentinas.” O parasitologista Erney Plessmann de Camargo, um dos sete professores da FMUSP afastados ao lado de Thomas Maack, destaca que uma das sequelas do golpe foi de ordem psicológica. “Houve uma desmoralização do espírito da universidade, uma baixa no orgulho e nas liberdades”, afirma Camargo. “E cresceram as delações e traições no meio.” Por outro lado, houve também gestos de solidariedade extrema, como a demissão espontânea em 1965 de 223 professores da Universidade de Brasília (UnB), quase 80% dos docentes da nascente universidade, em razão de a ditadura ter perseguido e demitido 15 professores. O livro *A universidade interrompida: Brasília 1964-1965*, do físico Roberto Salmeron, outro perseguido pela ditadura que fez brilhante carreira no Centro Europeu de Pesquisas Nucleares (Cern) e na Escola Politécnica de Paris, narra a saga da UnB naqueles tempos de repressão (*ver também entrevista por ele concedida à Pesquisa FAPESP edição 100, em junho de 2004, a respeito de sua trajetória profissional e demissão da UnB*).

Fora do eixo Rio-SP-Brasília

Há poucos trabalhos centrados no que ocorreu em universidades de fora do eixo Rio-SP-Brasília. Um desses raros estudos é a dissertação de mestrado do historiador Jaime Valim Mansan, defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) em 2009, *Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da ditadura civil-militar (1964 e 1969)*. No estudo, Mansan contabiliza 41 professores e 5 estudantes que foram afastados por perseguição ideológica da universidade. “Em alguns casos, eles foram aposentados compulsoriamente. Em

outros, foram demitidos ou se afastaram por conta própria”, diz Mansan, que continua estudando o tema ditadura e universidades no doutorado.

A partir de 2012, com a criação da Comissão Nacional da Verdade, várias universidades do país, como a UFRJ, a UnB, a Unicamp, a Unesp e a Universidade Federal da Bahia (Ufba), instituíram comissões da verdade para apurar o que ocorreu em seus *campi* e com seus professores, funcionários e alunos durante os anos da ditadura. A USP, maior universidade do país, criou a sua comissão no ano passado. Estima-se que 47 pessoas ligadas à universidade (professores, funcionários, alunos e ex-alunos) foram mortos ou desapareceram durante a ditadura, o que equivaleria a mais de 10% de todas as pessoas assassinadas em razão de perseguições pelo regime militar. “Nossa prioridade inicial é compreender o aparato institucional instalado na universidade pela ditadura para vigiá-la”, afirma a historiadora Janice Theodoro da Silva, professora aposentada da USP que, no momento, está à frente dos trabalhos da comissão. “Parece que havia 10 pessoas nesse setor, mas dizem que os registros dos informantes foram queimados.” Em princípio, a data prevista para a comissão, que ainda não conta com pesquisadores dedicados aos seus trabalhos, encerrar seu funcionamento é maio deste ano. Mas a prorrogação de seu funcionamento deverá ser pedida. Iniciais como essa e a abertura de novos arquivos sobre o período são um estímulo para que mais estudiosos se debruçam sobre as relações entre a ditadura e as universidades. ■

Regime militar instalou centrais de espionagem em 35 universidades brasileiras para vigiar os passos de professores e alunos

A ARTE DE SER DO CONTRA

Apesar da censura, houve forte presença
de uma cultura de esquerda e de oposição
durante a ditadura

Marcos Pivetta

Em um artigo clássico, escrito originalmente na França em 1970 e traduzido para o português oito anos mais tarde, o crítico literário Roberto Schwarz afirma que, “apesar da ditadura da direita, há relativa hegemonia cultural de esquerda no país” entre 1964 e 1969. Dos anos 1970 até o fim da ditadura em 1985, quando o regime reprimiu, censurou e se fechou ainda mais antes de começar sua lenta e gradual abertura, o tom da produção artística nacional, em linhas gerais, continuou exprimindo esse aparente paradoxo. Os estudos sobre a produção cultural nos anos da ditadura versam, em sua maioria, sobre movimentos e artistas que, de forma mais ou menos explícita, seja em produções mais alternativas ou dentro da chamada lógica do mercado, contestaram o regime. Esse tema se tornou um campo fértil de pesquisas nas duas últimas décadas. “Minha geração se interessa pela política por meio do contato com obras culturais que falam da ditadura”, afirma Marcelo Ridenti, 55 anos, professor do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-Unicamp).

Ridenti é um dos autores que mais pesquisaram as relações da produção cultural e da política durante o regime militar. Seus trabalhos cobrem desde os anos 1950, período anterior ao golpe em que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) era um ator importante no impulso às artes (engajadas), passam pela efervescência dos anos 1960 e a repressão mais barra pesada dos 1970 e se estendem até meados da década de 1980, com o processo de redemocratização do país. Uma das expressões usadas por Ridenti para descrever a relação entre a política e a esfera cultural do pós-Segunda Guerra Mundial até os primeiros anos

posteriores ao golpe — que bebera na fonte das relações entre os artistas e o PCB e os Centros Populares de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE) — é o sentimento de “brasilidade revolucionária” (ver edição 206 de Pesquisa FAPESP). Esse, aliás, é o título de um livro seu, lançado em 2010, em que explora um certo romantismo de artistas comunistas, como o escritor Jorge Amado, o cineasta Nelson Pereira dos Santos ou o dramaturgo Dias Gomes, que produzem obras alimentadas por um sentimento de construção de um novo país.

Talvez o estudo de maior fôlego de Ridenti seja o livro *Em busca do povo brasileiro – Artistas da revolução, do CPC à era da TV* (Editora Unesp), originalmente editado no ano 2000, mas que foi revisto, ampliado e relançado neste ano por ocasião dos 50 anos do golpe. Como sugere seu título, a obra não se fixa na trajetória de um grupo de artistas ou de um setor cultural (cinema, teatro, música, literatura ou TV), mas, sim, no quadro mais geral do setor. O sociólogo pensou em reescrever inteiramente o livro, mas acabou optando por fazer revisões tópicas, atualizar as referências bibliográficas e acrescentar um pos-fácio. As atualizações fazem um mapeamento de



Paulo Autran e
Tereza Raquel na
peça *Liberdade,
liberdade*: alvo
da censura



1 Filme *Zuzu Angel*, de 2006: produção cinematográfica sobre o regime militar

2 Artistas de teatro em greve contra a censura em 1968, na passeata dos 100 Mil na Guanabara

boa parte da produção acadêmica que pesquisou algum aspecto da produção cultural na ditadura militar. “Houve muitas novidades em termos de estudos depois dos anos 2000”, diz Ridenti.

Uma das contribuições mais importantes são os trabalhos do historiador Marcos Napolitano, professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), que tem esmiuçado com especial destaque os caminhos da música popular brasileira, e em menor escala da produção audiovisual, durante o regime autoritário. Em 2011, ele defendeu sua tese de livre-docência, na qual tratou dos dilemas e das contradições das políticas culturais originadas ou desenvolvidas em oposição à ditadura entre 1964 e 1968 por quatro correntes distintas: comunistas, católicos, liberais e movimentos contraculturais (como o tropicalismo). Todos eram contrários à ditadura, mas cada segmento tinha particularidades e visões diferentes do que deveria ser a arte. “A própria ideia de oposição alimentava a produção cultural do período, bastante rica”, diz Napolitano. “Mas, enquanto a produção da esquerda católica exprimia uma cultura basista, amadora e comunitária, a da contracultura era, por exemplo, sectária, experimental e transgressora.”

Uma quantidade significativa de trabalhos mais específicos, que enfocam basicamente a produção de um setor artístico durante a ditadura, tem sido produzida por uma nova geração de pesquisadores da área de humanidades. Miliandre Garcia, 38 anos, hoje professora de história da Universidade Estadual de Londrina (UEL), analisou o funcionamento da censura teatral, cujos documentos estão armazenados no Arquivo Nacional, em Brasília. O material inclui informações sobre cerca de 22 mil peças e 702 processos de censura

a montagens teatrais que foram em algum momento proibidas de serem encenadas. O estudo resultou em sua tese de doutorado defendida em 2008 na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), “*Ou vocês mudam ou acabam*”: teatro e censura na ditadura militar (1964-1985). “As peças que a censura analisava iam desde montagens amadoras até produções de grupos profissionais, e as proibições podiam ser por questões ideológicas ou simplesmente porque o censor achava que a montagem ia contra a moral e os bons costumes”, diz Miliandre.

Dependendo da época (depois do AI-5, em dezembro de 1968, a censura política se acentua), das “instruções superiores” e, às vezes, até do humor do censor de plantão, a mesma peça podia ser proibida numa ocasião e liberada em outra. E não eram vetadas apenas as peças de autores considerados como de oposição, como *Liberdade, liberdade*, de Millôr Fernandes e Flávio Rangel, ou “pornográficos”, caso de *Toda nudez será castigada*, de Nelson Rodrigues. Um texto como *Golias em circuito fechado*, de autoria de Marcos César, Luiz Carlos Miele e Ronaldo Bôscoli e protagonizado pelo comediante Ronald Golias, nem de longe um crítico do regime, podia (e foi) interditado em certos momentos pela censura, que associava a suposta “degradação moral” da montagem a “planos de subversão”.

O historiador Flamarion Maués, que hoje faz pós-doutorado com bolsa da FAPESP na Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP, trabalha com as relações do mundo editorial e a ditadura. No mestrado e doutorado, ambos defendidos no Departamento de História da FFLCH ao longo da última década, estudou o papel de editoras “políticas” ou de oposição, respectivamente, no Brasil e em Portugal. No Brasil, analisou editoras como a Brasiliense e a Marco Zero, que atuaram



durante o período de abertura política no país. Seu trabalho de mestrado virou recentemente o título *Livros contra a ditadura: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984* (Publisher Brasil, 2013). Agora, no pós-doutorado, continua no tema e realiza um estudo comparativo entre a atuação de editoras políticas no Brasil e em Portugal em momentos de transição de regime. O contexto brasileiro é o mesmo de seus estudos anteriores, a abertura política iniciada na última fase dos governos militares. Em Portugal, o momento de passagem escolhido é o da Revolução dos Cravos (1974-1975), movimento de caráter democrático, anticolonial e socialista, liderado por oficiais de média patente, que pôs fim a décadas de ditadura de Salazar e de seus sucessores. “Identifiquei 140 editoras políticas em Portugal, um número muito alto para um país tão pequeno”, diz Maués. No Brasil, ele havia mapeado apenas 45 editoras de perfil semelhante.

Um conjunto de 74 filmes lançados entre 1979 e 2009 que retrataram a ditadura foi alvo de uma dissertação de mestrado apresentada em 2011 pela socióloga Caroline Gomes Leme no IFCH-Unicamp. Além de comentar todos esses filmes, o trabalho – que virou no ano passado o livro *Ditadura em imagem e som: trinta anos de produções cinematográficas sobre o regime militar brasileiro* (Editora Unesp) e foi eleito o melhor mestrado de 2012 pela Associação Nacional de Pós-Gr-

duação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) – deteve-se na análise pormenorizada de cinco produções: *Nunca fomos tão felizes*, de Murilo Salles, de 1984; *Corpo em delito*, de Nuno Cesar Abreu, de 1990; *Ação entre amigos*, de Beto Brant, de 1998; *A terceira morte de Joaquim Bolívar*, de Flávio Cândido, de 2000; e *Zuzu Angel*, de Sérgio Rezende, de 2006. “A partir da abertura, notadamente após a Lei da Anistia de 1979, o cinema pôde falar de maneira mais direta sobre a ditadura militar que estava se esvaindo, afirma Caroline. “O processo é ainda um tanto ‘cauteloso’. Os filmes evitam, por exemplo, creditar a tortura abertamente aos militares, mas situam explicitamente suas tramas no período do regime militar e expõem a opressão desse contexto histórico específico.”

No mestrado, Caroline evitou trabalhar com a produção cinematográfica do Cinema Novo de Glauber Rocha ou de Nelson Pereira dos Santos e do Cinema Marginal de Rogério Sganzerla ou Julio Bressane. As fitas desses dois movimentos foram feitas entre os anos 1960 e 1970 e a socióloga as considera como filmes rodados sob a ditadura, que sentiam mais diretamente os impactos do golpe e da censura e, por vezes, recorriam a alegorias ou outros recursos estéticos para se referir ao regime autoritário. Já as produções dos anos 1980 começavam a usufruir de

alguma liberdade para tratar do golpe e dos governos militares. No doutorado, a socióloga está estudando o cinema paulista dos anos 1960 e 1970.

Trabalhando no campo das artes plásticas, o historiador Artur Freitas, professor da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), lançou em 2013 o livro *Arte de guerrilha: vanguarda e conceitualismo no Brasil* (Edusp). No estudo, que expande uma pesquisa feita para seu doutorado defendido na década passada, Freitas analisa em detalhes seis obras ou intervenções de três artistas plásticos (Cildo Meireles, Artur Barrio e Antonio Manuel) durante o regime militar. “Essa arte de vanguarda mostra-se crítica à ditadura, mas é mais conceitual: baseia-se em objetos e *performances* e estimula o espectador a participar da obra”, afirma Freitas. Uma das *performances* estudadas é a obra *Tiradentes: totem-monumento ao preso político*, exposta em abril de 1970 durante a Semana da Inconfidência, em Belo Horizonte, na qual Cildo Meireles queima 10 galinhas vivas amarradas a uma estaca, em um alusão mais do que direta às práticas repressivas da ditadura.

Como o artista plástico pôde publicamente questionar, já num período posterior ao AI-5, o regime autoritário sem ter sido censurado? “As artes plásticas tinham uma inserção social mais reduzida que as artes de espetáculo e os censores se preocupavam mais com a produção musical, teatral e cinematográfica, que atingiam um público mais amplo”, diz Freitas. O historiador destaca um ponto interessante que ocorreu com Meireles e outros artistas de vanguarda, como Hélio Oiticica e Lygia Clark: com o passar do tempo, ainda durante a ditadura, mas sobretudo após o seu final, esses artistas alternativos se tornaram os principais expoentes de seu setor no país e suas obras foram muito valorizadas.

Essa questão se insere em um dos debates ainda atuais entre os pesquisadores, que dis-

cutem como se deu essa hegemonia cultural de esquerda na história recente do país. Uma corrente significativa de estudiosos advoga a ideia de que esse domínio se deu, em grande medida, via mercado, embora o regime militar tenha adotado algumas iniciativas na área cultural, como a criação da Embrafilme em 1969, que tinham o objetivo de trazer para seu campo de influência a produção de alguns setores. O apoio ao estabelecimento de uma rede nacional privada de televisão, no caso a Rede Globo, também em 1969, fez parte de um projeto dos militares de integrar o país e também influir no campo da cultura. “O regime militar investiu muito em infraestrutura para televisão”, afirma Esther Hamburger, da ECA-USP, que pesquisa a produção televisiva e de cinema no país. “Mas nos anos 1970 e 1980 a programação de TV nem sempre era o que os militares queriam.” Estudos recentes de Esther destacam o papel das telenovelas em criar uma representação mais próxima da realidade nacional ainda em plena ditadura (ver Pesquisa FAPESP edição 186).

Ser de oposição à ditadura também era uma postura que encontrava reconhecimento entre uma parcela considerável dos consumidores de uma cultura de esquerda. “Alguns escritores, como Carlos Heitor Cony, não eram de esquerda, mas acabaram escrevendo obras associadas à luta contra a ditadura e foram reconhecidos como tal pelo mercado”, diz Rodrigo Czajka, sociólogo da Unesp de Marília, que realizou estudos sobre intelectuais e a imprensa comunista no Brasil. “Esse foi o caso do romance *Pessach*, de Cony, que descreve a crise existencial de um intelectual em aderir ou não à luta armada.” O pesquisador também tem analisado os Inquéritos Policiais-Militares (IPMs) em que foi investigada a ação de inúmeros intelectuais ligados à resistência contra o regime militar. Czajka, aliás, é o organizador do colóquio “A cultura e as artes no regime militar: 50 anos do golpe” entre 22 e 25 deste mês na Unesp de Marília, em que a produção cultural nos anos da ditadura será debatida por duas dezenas de estudiosos. ■

Inserções em circuitos ideológicos: projeto Coca-Cola, obra de 1970 de Cildo Meireles: protesto nas artes plásticas



Projetos

1. Formação do intelectual e da indústria cultural no Brasil (nº 08/55377-3); **Modalidade** Projeto Temático; **Pesquisador responsável** Sérgio Miceli – Unicamp; **Investimento** R\$ 534.463,00 (FAPESP).
2. Cinema e sociedade: sobre a ditadura militar no Brasil (nº 09/04093-8); **Modalidade** Bolsa de Mestrado; **Pesquisador responsável** Marcelo Ridenti – (IFCH-Unicamp); **Bolsista** Caroline Gomes Leme; **Investimento** R\$ 18.385,94 (FAPESP).
3. A edição política no Brasil e em Portugal: ação editorial e engajamento político no combate às ditaduras (nº 2013/08668-0); **Modalidade** Bolsa de Pós-doutorado; **Pesquisador responsável** Sandra Reimão – ECA-USP; **Bolsista** Flamarion Maués; **Investimento** R\$ 163.082,88 (FAPESP).

O PASSADO NO PRESENTE

Pesquisadores buscam compreender como o Estado vem lidando com o legado de graves violações de direitos humanos

Glenda Mezarobba



Montagem com rostos de mortos e desaparecidos

Não foi apenas o conhecimento acerca do golpe de Estado e da própria ditadura militar que avançou nos últimos anos. Mais recentemente, pesquisadores brasileiros passaram a se dedicar também à compreensão de como o Estado, por intermédio dos sucessivos governos, vem lidando com o legado de graves violações de direitos humanos do período. Até meados dos anos 1980, o tema praticamente não constituía objeto de estudo para cientistas sociais, tampouco para as humanidades de modo geral, inclusive fora do país. Foi somente a partir de 1995, com o lançamento dos três volumes da obra *Transitional justice: how emerging democracies reckon with former regimes*, editada por Neil Kritz e publicada pelo United States Institute of Peace, que a junção de duas noções distintas (transição + justiça) tornou a expressão “justiça de transição”, e consequentemente esse novo saber, conhecida.

Embora autores como o filósofo norueguês Jon Elster acreditem que a ideia de justiça de

transição seja tão antiga quanto a própria democracia¹, na modernidade suas origens estão conectadas às duas grandes guerras mundiais e seu desenvolvimento associado aos julgamentos de remanescentes das juntas militares na Grécia, em 1975, e na Argentina, em 1983². A instalação do Tribunal Penal Internacional e o fato de as Nações Unidas terem criado, em 2012, uma relatoria especial sobre a promoção da verdade, justiça, reparação e garantias de não repetição também são considerados marcos importantes. Não se trata de uma forma distinta de justiça; a noção diz respeito a uma forma ampla de justiça durante determinada transição política – por exemplo, de uma ditadura militar para a democracia – e envolve a ideia de que instituir um regime democrático leva à substituição de um regime de força pelo Estado de direito, o que implica tornar cada cidadão responsável por suas ações. “Em poucos anos”, observa o jurista argentino Juan Méndez, da American University, “a comunidade internacional fez consideráveis

avanços em direção ao reconhecimento de que o legado de graves e sistemáticas violações gera obrigações dos Estados para com as vítimas e as sociedades”.³

Isso significa que hoje os Estados têm o dever de reparar, de oferecer justiça e verdade, e de tornar instituições, como as forças de segurança, democráticas. Cabe ressaltar que o enfoque principal está nos direitos e nas necessidades das vítimas. Em relação ao caso brasileiro, é no cumprimento destas obrigações que se inserem, por exemplo, iniciativas como a abertura de arquivos da ditadura e a criação da Comissão Nacional da Verdade. Constituem, portanto, foco de investigação para os pesquisadores interessados no caso nacional tópicos como a Lei da Anistia, a ausência de punição aos torturadores, o arranjo institucional que tem assegurado a impunidade aos agentes do Estado, a legislação reparatória sancionada a partir de 1995, o papel das Forças Armadas e os milhões de documentos oficiais já desclassificados pelo Estado brasileiro, ou por países como os Estados Unidos, o Reino Unido ou a Alemanha, sobre a ditadura iniciada em 1964.

Interdisciplinar por definição, essa área do conhecimento tem despertado o interesse de cientistas políticos e sociais, filósofos, historiadores, juristas e estudiosos das relações internacionais dispostos a entender, por exemplo, o envolvimento de várias instituições do sistema ONU em comissões de verdade e em tribunais penais internacionais, bem como o papel desempenhado por organizações não governamentais de direitos humanos nesses processos de acerto de contas. Por adotar *approaches* que não são exclusivamente jurídicos, mas buscam incorporar, de forma ampla, as várias dimensões de justiça capazes de contribuir para a reconstrução social, baseiam-se

na crença da universalidade dos direitos humanos e encontram sustentação na legislação internacional de direitos humanos e na legislação humanitária, o esforço faz muito mais sentido do que pode sugerir o senso comum – acostumado a classificar incursões ao passado como exercícios arqueológicos inúteis ou, pior, “revanchismo”.

Para a argentina Ruti Teitel, professora na New York Law School, por definição, transições constituem tempos de contestação de narrativas históricas. “Desse modo, transições apresentam o potencial para *counter-histories*.”⁴ Para além do esforço de incluir na história recente do país a narrativa de vítimas e sobreviventes do período, no caso do Brasil isso equivale a pensar o que a ênfase inicial no dever de reparar economicamente as vítimas da ditadura tem a dizer, por exemplo, sobre a qualidade da democracia que vem sendo construída desde 1985, sobre suas instituições e sobre a permanência da tortura e dos desaparecimentos forçados. Sobre, em síntese, a constância do que pior existia no passado, no presente. “Eu creio que a reconciliação é um objetivo fundamental de qualquer política de justiça de transição, porque o que não queremos é que se reproduza o conflito”, avalia Juan Méndez. “Nesse sentido, tudo o que fazemos – justiça, verdade, medidas de reparação – tem de estar inspirado pela reconciliação, mas a reconciliação verdadeira, não a falsa reconciliação que na América Latina se pretendeu como desculpa para a impunidade.” Na interpretação de Méndez, a “verdadeira reconciliação” exige o reconhecimento dos fatos, não pode ser imposta por decreto e “tem de ser construída nos corações e mentes de todos os integrantes da sociedade por intermédio de um processo que reconheça o valor de cada ser humano e sua dignidade”.⁵ ■

1. ELSTER, Jon. *Closing the books: transitional justice in historical perspective*. Nova York: Cambridge University Press, 2004.

2. TEITEL, Ruti G. *Transitional justice*. Nova York: Oxford University Press, 2000; BICKFORD, Louis. *Transitional justice*. In: HORVITZ, Leslie Alan; CATHERWOOD, Christopher; Macmillan encyclopedia of genocide and crimes against humanity. Nova York: *Facts on File*, v. 3, p. 1.045-47, 2004.

3. MÉNDEZ, Juan E. *Accountability for past abuses*. *Human Rights Quarterly*, Baltimore, v. 19, n. 2, maio/1997, p. 255.

4. TEITEL, Ruti G. *Transitional justice genealogy*. *Harvard Human Rights Journal*. Cambridge (MA), v. 16, Spring/2003, p. 69.

5. MÉNDEZ, Juan E. Entrevista concedida pelo ex-presos político, ativista de direitos humanos, ex-integrante da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA e presidente do ICTJ à doutoranda Glenda Mezarobba. Nova York, 20 mar. 2007.

AVANÇOS DA COMISSÃO DA VERDADE

O advogado e professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) Pedro Dallari, coordenador da Comissão Nacional da Verdade (CNV), diz que os trabalhos da comissão resultaram em avanços importantes. Um exemplo, que classifica como um “fato inédito, um divisor de águas”, seria a concordância das Forças Armadas brasileiras, tornada pública em abril deste ano, em investigar atos de violação aos direitos humanos ocorridos em suas dependências durante a ditadura militar. “Essa é uma atitude muito boa das Forças Armadas”, diz Dallari.

Criada em 2011 e instituída no ano seguinte, a CNV investiga violações aos

direitos humanos ocorridas no país entre 1946 e 1988. Na atual fase de funcionamento, a comissão se dedica a consolidar todas as informações iniciais provenientes de pesquisas em documentos armazenados em arquivos públicos, de testemunhos e de oitivas para entregar seu relatório final em 10 de dezembro deste ano, Dia Internacional dos Direitos Humanos. Na área de pesquisa, a comissão se divide em 13 grupos de trabalho.

Até agora a CNV divulgou quatro relatórios parciais, sobre casos ou eventos mais específicos ocorridos durante a ditadura, como a prisão, tortura, morte e desaparecimento do deputado Rubens

Paiva em janeiro de 1971 e o funcionamento da Casa da Morte em Petrópolis, centro clandestino de tortura mantido pelo Centro de Informações do Exército na região serrana fluminense na primeira metade dos anos 1970. Outros relatórios parciais serão produzidos até o final do ano.

Dallari lembra que não houve contestação às informações divulgadas pela CNV até o momento. “A apuração do que ocorreu durante a ditadura não começou com a CNV e também não acabará com o encerramento de nossos trabalhos. Não vamos esgotar o tema. Novas informações sempre poderão surgir no futuro”, afirma Dallari. Marcos Pivetta

DE ONDE VEM A INFORMAÇÃO

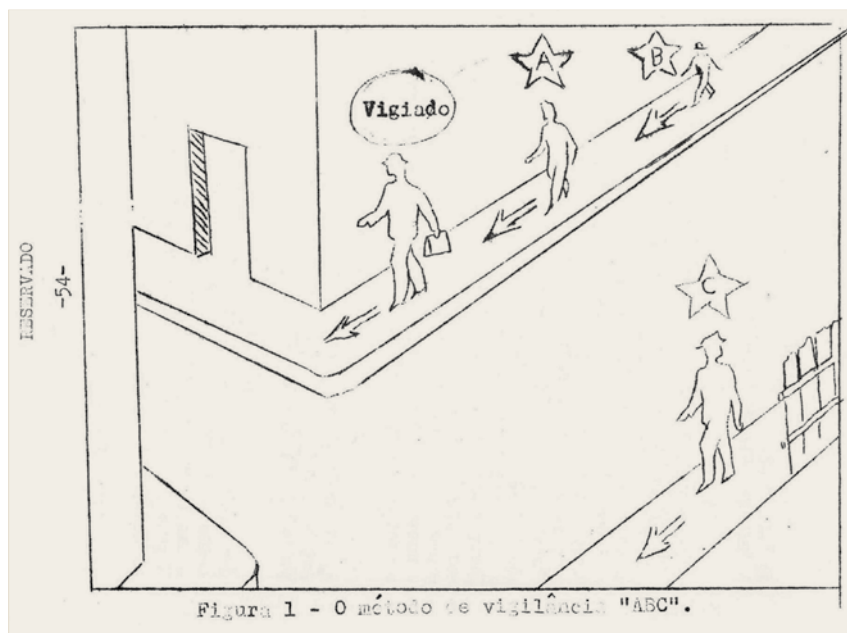
Arquivos brasileiros e norte-americanos alimentam
as investigações sobre os crimes da ditadura

Márcio Ferrari

No fim de março, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) denunciou o general reformado José Antonio Nogueira Belham como um dos responsáveis pela morte do deputado Rubens Paiva, preso e torturado pela ditadura militar. Paiva foi detido e morto em janeiro de 1971 em bases da Aeronáutica e do Exército no Rio de Janeiro. Belham à época comandava o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do Rio, mas sempre sustentara que estava de férias quando Paiva foi preso. Uma ficha funcional que ele próprio repassou para a CNV mostrou, no entanto, que ele havia recebido diárias de serviço justamente naqueles dias.

O episódio demonstra não só a importância do exame dos arquivos dos órgãos sob controle da ditadura, como a atenção para detalhes que às vezes passam despercebidos até pelas pessoas mais interessadas neles. “A importância principal dos trabalhos da CNV é a possibilidade de articular informações testemunhais e materiais vindas de diversas fontes”, diz Vicente Câmara Rodrigues, assistente da diretoria do Arquivo Nacional para o projeto Memórias Reveladas – Centro de Referência de Lutas Políticas, 1964-1985, que tem como coordenadora a pesquisadora Inez Stampa.

O acervo que agora se encontra reunido em rede tornou-se o destino final dos documentos sobre a ditadura militar quando, em 2005, a Casa Civil da Presidência da República determinou que as instituições federais transferissem toda a informação guardada sobre o período para o Arquivo Nacional. Isso decuplicou a quantidade de dados sobre o regime abrigados na instituição. “Só no Arquivo Nacional estima-se que existam 16,5 milhões de páginas de textos, a que se so-



mam cerca de 10 milhões que estão nos arquivos estaduais”, diz Rodrigues.

Com a Lei de Acesso à Informação, de 2011, o Arquivo Nacional se organizou para, no ano seguinte, liberar ao público todos os documentos sobre a ditadura militar, a não ser que estejam sendo tratados tecnicamente. Estão lá, recolhidos, todos os arquivos do Conselho de Segurança Nacional (CSN), da Comissão Geral de Investigações (CGI) e do Serviço Nacional de Informações (SNI), provenientes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Em cada órgão federal há um representante do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (Siga) ou da Casa Civil, que coordena e torna acessíveis, entre outros, os papéis da ditadura militar, repassando-os ao Arquivo Nacional. Este também pode tomar a iniciativa de buscar documentação nesses órgãos. Segundo Rodrigues e Inez, hoje estão recolhidos no Arquivo Nacional os documentos de 30% dos órgãos federais (o que não significa 30% do total de dados).

Esquema de método de espionagem: exemplo de material guardado no Arquivo Nacional

Uma vez obtidos, os papéis passam por alguns processos antes de chegarem ao público. Primeiramente são classificados sumariamente. Se necessário, passam para a área de preservação. Em seguida vão para o controle de informação, onde são descritos (o que é, quem enviou para quem etc.) e digitalizados. A partir daí são abertos ao público no banco de dados Memórias Reveladas.

Mesmo com todo esse cuidado, nem sempre é possível saber se os arquivos foram adulterados. Mas, como cada órgão tinha um sistema de informações sigilosas que se reportava ao SNI, as cópias enviadas para lá são valiosas para comparação com os originais. Nos casos em que os órgãos informam destruição (queima) de arquivos, é possível comprovar se isso realmente ocorreu por meio de atas exigidas pelo extinto Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos. A troca de informações com a CNV foi reforçada pelo deslocamento de funcionários do Arquivo Nacional para colaborar nos trabalhos de investigação. E na sede do arquivo há uma área destinada exclusivamente aos pesquisadores da CNV.

O estado de São Paulo mantém 340 mil registros de fichas do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops) abertos para consulta pública desde o início de 1994, por determinação da Secretaria de Cultura. Segundo Lauro Ávila Pereira, ex-diretor do Departamento de Preservação e Difusão do Acervo, há quase 10 milhões de páginas de documentos sobre a ditadura militar no arquivo, 10% delas digitalizadas. Os processos de tratamento e digitalização contaram com apoio da FAPESP e da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, por meio do edital Marcas da Memória.

Os documentos do Deops são os mais procurados do Arquivo Público do Estado e o fato de já estarem disponíveis há 20 anos formou, segundo Pereira, “uma geração de pesquisadores especializados”. Eles se encarregam do difícil trabalho de leitura das informações contidas na documentação. Para evitar perdas, o Arquivo do Estado optou por manter a lógica do arquivamento feito pelos órgãos de segurança do regime em São Paulo.

Contribuições suplementares e preciosas sobre as violações aos direitos humanos durante a ditadura vêm de pesquisadores dos arquivos do governo norte-americano. Dois dos mais importantes estiveram no Brasil para participar de eventos que marcaram o 50º aniversário do golpe: James Green, historiador da Universidade Brown, e Peter Kornbluh, diretor de documentação sobre o Brasil no National Security Archive, organização sem fins lucrativos vinculada à Universidade George Washington.

Green participou da inauguração do *site* do projeto Opening the Archives (“abrindo os arqui-

vos”), uma parceria entre a Brown e a Universidade Estadual de Maringá (PR). O *site* contém quase 10 mil documentos norte-americanos produzidos pelo Departamento de Estado e pela Agência Central de Inteligência (CIA). Neles estão registradas observações sobre o perfil dos estudantes que se manifestavam contra o regime, o apoio ativo de parte do empresariado brasileiro e detalhes sobre as atividades do adido militar dos Estados Unidos, coronel Vernon Walters, nos primeiros anos do regime.

“Estamos encontrando detalhes importantes sobre o apoio ao Ato Institucional nº 5 pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos em São Paulo e sobre o debate interno no Departamento do Estado a respeito dos efeitos do decreto”, diz Green. “Mas temos que entender que a pesquisa mais interessante neste momento é um trabalho longo e detalhado, juntando fontes, elementos e indícios para construir uma leitura mais densa das relações entre os dois países.”

A participação indireta dos EUA no golpe e na ditadura militar foi confirmada em 1977 pela pesquisadora Phyllis Parker, que encontrou documentação sobre a operação Brother Sam (“irmão Sam”) e publicou um livro sobre o assunto, *O papel dos Estados Unidos da América no golpe de estado de 31 de março*. As violações aos direitos humanos haviam entrado na pauta dos assuntos governamentais por iniciativa do presidente Jimmy Carter (1977-1981). “Até então as informações sigilosas não davam ênfase à tortura e a outros abusos da primeira década da ditadura”, diz Kornbluh. “Mas os documentos norte-americanos que estão sendo revelados agora lançam luz sobre horríveis agressões cometidas pelos militares – e também expõem o papel do Brasil na Operação Condor e outras ações secretas das forças policiais brasileiras no exterior.” ■

Projeto

Preservação e difusão da memória pública: modernização e ampliação dos laboratórios do Arquivo Público do Estado de São Paulo (nº 2009/54965-1); Modalidade Programa Infraestrutura 6 - Arquivos; Pesquisador responsável Carlos Bacellar – FFLCH-USP; Investimento R\$ 1.692.982,33 (FAPESP).



Arquivo do Deops em São Paulo: quase 10 milhões de páginas sobre a ditadura

LÉO RAMOS

ARQUIVOS BRITÂNICOS E O GOLPE DE 1964

William Torres Laureano da Rosa

O acesso a documentos oficiais do Reino Unido mudou consideravelmente nos últimos anos. Desde 1958, documentos com mais de 30 anos de existência são selecionados pelo governo para preservação e posterior divulgação. Mais recentemente, o Parlamento Britânico aprovou o Freedom of Information Act, o que permitiu que solicitações individuais desclassificassem e liberassem diversos documentos para acesso antes mesmo de completado o período previsto em lei. Com base nessas informações, tem sido possível, por exemplo, conhecer e analisar a posição do Reino Unido em relação à situação política brasileira, em 1964, e as redes de informação existentes naquela época entre Londres e Washington.

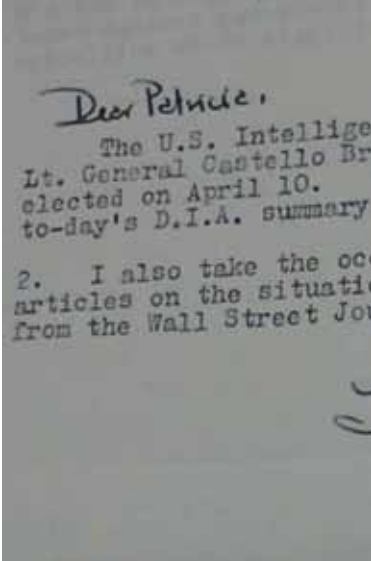
Os documentos indicam que a possibilidade de um golpe de Estado no Brasil não era novidade para a diplomacia britânica. Em carta enviada em janeiro de 1964 ao Departamento Americano do serviço diplomático britânico sobre a possibilidade de golpe de Estado no Brasil, o conselheiro Ronald Burroughs reportou um “surto de rumores e declarações sobre a possibilidade de golpe de Estado”.¹ Burroughs afirma que “esses golpes de Estado são previstos vindo de diferentes lados, da direita, da extrema esquerda, e do presidente”.² De acordo com informações obtidas por intermédio do adido militar dos Estados Unidos, “General Castello Branco [...] alertou o ministro da Defesa que ele não poderia contar com o Exército apoiando um golpe do presidente. Se qualquer ato nesse sentido fosse iniciado ele, Castello Branco, chamaria as tropas para se opor a isso”.³

A leitura dos documentos evidencia que tais informações eram obtidas não só por intermédio de brasileiros próximos da diplomacia britânica – entre os quais o jornalista Ruy Mesquita, de *O Estado de S. Paulo* – mas também por intermédio de um sistema de cooperação entre o Reino Unido e os Estados Unidos. Tal cooperação consistia em acesso britânico a boletins informativos da CIA (um dos quais sugeriu fortemente a confir-

mação de Castello Branco no cargo de presidente um dia antes da sua escolha), bem como o intercâmbio de informações com representantes da diplomacia estadunidense, entre os quais John Plank, chefe da seção de América Latina do Bureau of Intelligence and Research, e Ellsworth Bunker, embaixador dos EUA na Organização dos Estados Americanos (OEA).

Os documentos não fornecem apenas indicações diretas dos acontecimentos e dos envolvidos, de acordo com os diplomatas da época. O cruzamento das informações obtidas nos documentos britânicos com as existentes nos EUA revela aspectos importantes dessa “parceria”. Nesse período, por exemplo, observa-se que, embora os EUA e o Reino Unido fossem aliados e compartilhassem informações sobre o Brasil, isso não se deu de forma irrestrita. Nos documentos já desclassificados, a participação dos EUA no golpe de Estado foi mantida em segredo pela diplomacia britânica. Em um relatório sobre conversa com Dean Rusk (secretário de Estado dos EUA) sobre essa possível participação dos EUA, datada de 1º de abril de 1964, o embaixador britânico em Washington, Lord Harlech, reportou que em relação à deposição do presidente Goulart os EUA “teriam pouca, se é que alguma, influência nos eventos que estavam prestes a acontecer”.⁴ A não participação estadunidense no golpe aparece como consensual na correspondência diplomática britânica de 1964, sendo novamente discutida e reafirmada em duas ocasiões diferentes: quando das denúncias de cooperação dos EUA feitas tanto por jornais franceses quanto pelo jornalista brasileiro Bocaiúva Cunha. Ainda há muita novidade a ser descoberta sobre o período, e o acesso a um número maior de documentos em acervos no Brasil, EUA e Reino Unido é certamente uma ferramenta importante para tanto. ■

William Torres Laureano da Rosa. Doutorando em relações internacionais na University of Sussex e pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU).



Documentos do National Archives mostram troca de informações entre ingleses e americanos sobre a intervenção militar no Brasil

1. “I am afraid that this present letter must also be rather woolly, but I think you should have it on record that there has been an outbreak of rumours and statements concerning possible coups d'état” (FO 371/173760).
2. “As usual, these coups d'état are predicted as coming from variously the Right, the extreme Left, and the President” (FO 371/173760)
3. “General Castello Branco [...] warned the Minister of War on January 16 that the latter should not count on the Army supporting a coup by the President. If any such move were set on foot he, Castello Branco, would call out troops to oppose it” (FO 371/173760)
4. “The Americans were watching the situation very closely, but they would have little influence, if any, on the course of events” (FO 371/173761, Opinion of Mr Rusk on the situation developing in Brazil: no U.S. influence on course of events)